

GOVERNO TEMER

Ações sugeridas
pela CNI avançaram

ROTULAGEM

Anvisa estuda
novas regras

INOVA TALENTOS

Empresas mais próximas
dos jovens promissores

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 29 | Dezembro 2018

BASTA USAR A CANETA

CNI IDENTIFICA 49 MEDIDAS DE INICIATIVA
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE PODEM
TER IMPACTO SOBRE O AMBIENTE DE NEGÓCIOS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

A INDÚSTRIA FABRICA MAIS QUE PRODUTOS. FABRICA EVOLUÇÃO.

O PRIMEIRO NANOSSATÉLITE BRASILEIRO.



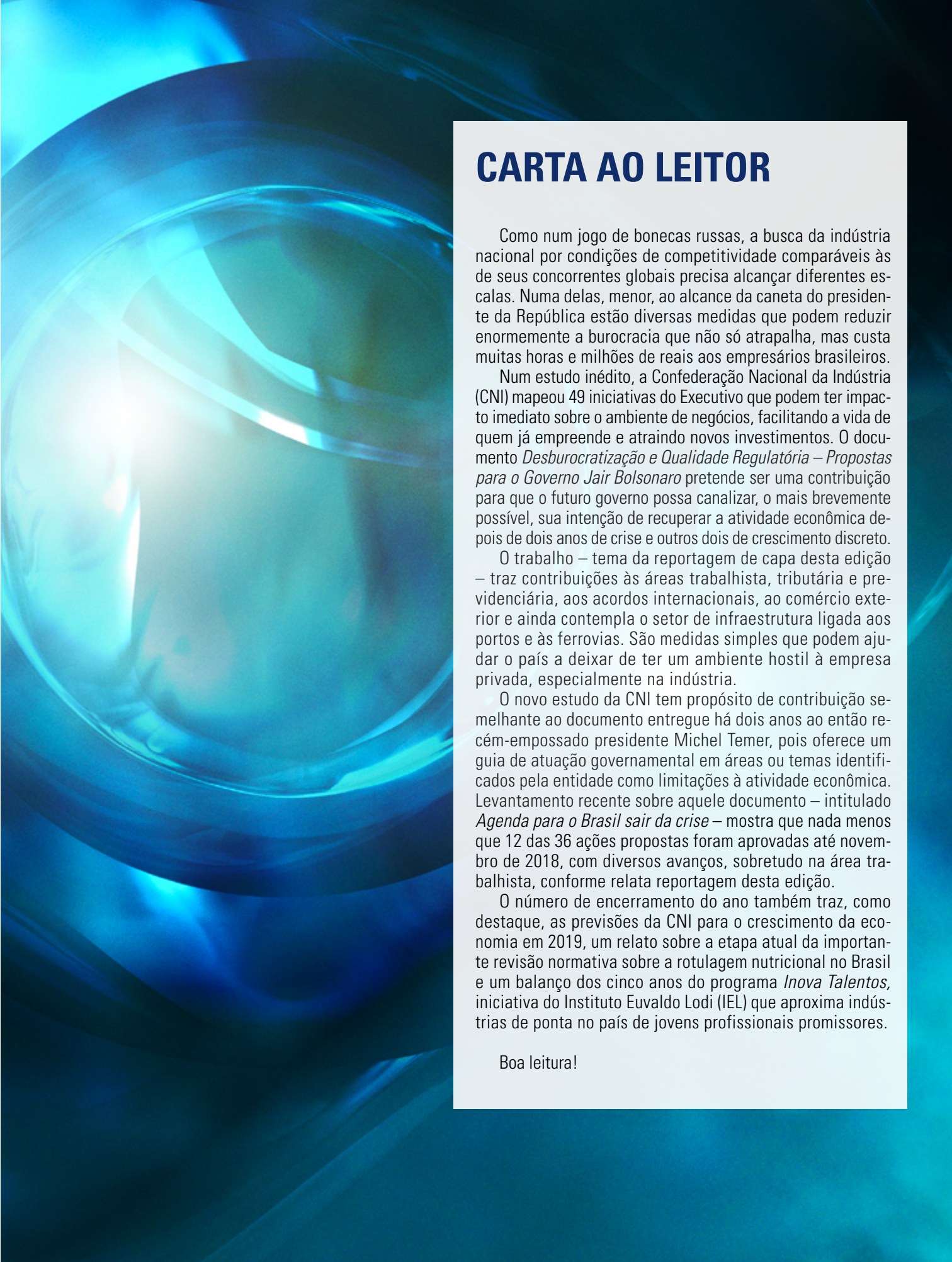
O SENAI desenvolve novas tecnologias e parcerias para alavancar a indústria espacial brasileira. Um dos resultados é o primeiro nanossatélite brasileiro de alta resolução espacial para coleta de dados de estações hidrometeorológicas e projetos de Internet das Coisas (IoT). Isso significa mais competitividade para a indústria.

COM O SENAI, A INDÚSTRIA FABRICA MAIS QUE PRODUTOS.
FABRICA UM BRASIL MAIS FORTE.

Saiba mais em sempresisenai.com.br



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



CARTA AO LEITOR

Como num jogo de bonecas russas, a busca da indústria nacional por condições de competitividade comparáveis às de seus concorrentes globais precisa alcançar diferentes escalas. Numa delas, menor, ao alcance da caneta do presidente da República estão diversas medidas que podem reduzir enormemente a burocracia que não só atrapalha, mas custa muitas horas e milhões de reais aos empresários brasileiros.

Num estudo inédito, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) mapeou 49 iniciativas do Executivo que podem ter impacto imediato sobre o ambiente de negócios, facilitando a vida de quem já empreende e atraindo novos investimentos. O documento *Desburocratização e Qualidade Regulatória – Propostas para o Governo Jair Bolsonaro* pretende ser uma contribuição para que o futuro governo possa canalizar, o mais brevemente possível, sua intenção de recuperar a atividade econômica depois de dois anos de crise e outros dois de crescimento discreto.

O trabalho – tema da reportagem de capa desta edição – traz contribuições às áreas trabalhista, tributária e previdenciária, aos acordos internacionais, ao comércio exterior e ainda contempla o setor de infraestrutura ligada aos portos e às ferrovias. São medidas simples que podem ajudar o país a deixar de ter um ambiente hostil à empresa privada, especialmente na indústria.

O novo estudo da CNI tem propósito de contribuição semelhante ao documento entregue há dois anos ao então recém-empossado presidente Michel Temer, pois oferece um guia de atuação governamental em áreas ou temas identificados pela entidade como limitações à atividade econômica. Levantamento recente sobre aquele documento – intitulado *Agenda para o Brasil sair da crise* – mostra que nada menos que 12 das 36 ações propostas foram aprovadas até novembro de 2018, com diversos avanços, sobretudo na área trabalhista, conforme relata reportagem desta edição.

O número de encerramento do ano também traz, como destaque, as previsões da CNI para o crescimento da economia em 2019, um relato sobre a etapa atual da importante revisão normativa sobre a rotulagem nutricional no Brasil e um balanço dos cinco anos do programa *Inova Talentos*, iniciativa do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) que aproxima indústrias de ponta no país de jovens profissionais promissores.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmito, Guto Rodrigues; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br.

Foto de capa: Antonio Cruz/Agência Brasil

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cnibr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>
<https://www.youtube.com/user/cniweb>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaiabr>
<https://www.linkedin.com/company/senai-nacional>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>

ARTIGO DO PRESIDENTE



6



SUMÁRIO

CAPA



CNI identifica medidas simples e rápidas que devem ser adotadas pelo futuro presidente da República para reduzir a burocracia

8

O PESO DA BUROCRACIA

Infografia mostra o custo que regras excessivas e cumulativas têm sobre a iniciativa privada no Brasil

16

AVANÇOS

Levantamento mostra que um terço das sugestões dadas ao governo de Michel Temer avançaram, especialmente na área trabalhista

18

MAJOR OLÍMPIO

Senador eleito pelo PSL de São Paulo fala sobre as prioridades legislativas do futuro governo Jair Bolsonaro

22

ZEINA LATIF

Economista da XP Investimentos acredita que reforma da Previdência só vai sair no segundo semestre de 2019

24

INDÚSTRIA EM AÇÃO

Debate organizado pela CNI e pela revista *IstoÉ dinheiro* discute novas tendências de sustentabilidade na indústria

26

ANVISA



Agência e Congresso Nacional discutem novas regras de rotulagem nutricional, tema sensível para os setores de alimentação e bebidas

28

COMPETITIVIDADE

Indicadores de diversas organizações mostram que indústria tem papel crucial no dinamismo e na atividade da economia brasileira

32

PESQUISA

(previsões para 2019)

36

TERMÔMETRO ECONÔMICO

Índice de Confiança do Empresário Industrial, divulgado em novembro, mostra que otimismo no setor é o maior desde 2010

38

GIRO BRASIL



Goiás vai expandir programa do novo ensino médio a mais quatro unidades escolares a partir do ano que vem

40

GIRO GLOBAL



Indústria automobilística do Japão vai testar novo carro com condução autônoma (sem motorista) para os Jogos de 2020

42

IEL

INOVA TALENTOS: Programa do IEL celebra cinco anos com iniciativa que aproxima jovens promissores de empresas industriais

44

SIMPLIFICAR PARA CRESCER

O empresário brasileiro vive um permanente pesadelo burocrático. No cotidiano de indústrias, comércios, serviços e na atividade agropecuária, enfrenta-se um emaranhado de exigências estabelecidas pelos três níveis de governo – federal, estadual e municipal. As empresas gastam um tempo enorme só para se manter em dia com obrigações impostas por leis, códigos, decretos, portarias, resoluções e licenças nas mais diversas áreas.

Tudo isso resulta em entraves para o regular funcionamento das companhias, aumento de custos e encarecimento dos produtos brasileiros, o que os faz perder espaço no acirrado mercado exterior e na concorrência com os importados no âmbito doméstico. Não é à toa que a economia brasileira figura, há décadas, nas piores posições em rankings globais de competitividade.

Como reclamam todos aqueles que já tentaram empreender no país, essa realidade precisa mudar. A diminuição da burocracia, especialmente nas áreas tributária, trabalhista e previdenciária, e na infraestrutura e no comércio exterior, serviria como um gigantesco incentivo aos investimentos e à criação de empregos. Em consequência, estimularia o crescimento da economia em níveis mais compatíveis com a necessidades de um país que ainda convive com a calamidade de ter quase 13 milhões de desempregados.

O corte das exigências burocráticas deveria permear todas as medidas dos governos aprovadas no Congresso Nacional ou nas casas legislativas estaduais e municipais. O espírito da simplificação precisa estar presente nas grandes reformas estruturais das quais o Brasil tanto necessita. É

imprescindível, por exemplo, acabar com o caos em que se transformou o sistema tributário brasileiro, um arcabouço difícil de entender e manejar.

Muitas simplificações, entretanto, nem mesmo demandam mudanças legislativas, podendo ser promovidas por meros atos do Executivo. Nesta edição, citamos 49 medidas de iniciativa do governo que, se tomadas, beneficiariam o ambiente de negócios no país. São ações complementares às reformas estruturais e ao reequilíbrio orçamentário, além de essenciais na criação das condições para o crescimento econômico sustentado.

Um exemplo é a simples promulgação de acordos comerciais pela Presidência da República. Existem alguns desses tratados que já foram negociados e votados no Congresso Nacional, esperando apenas a publicação de um decreto presidencial para entrar em vigor. Sem esse gesto, as empresas brasileiras não podem usufruir dos benefícios contidos nos entendimentos com outros países, perdendo a oportunidade de aumentar as exportações.

A complexidade da legislação brasileira e a grande quantidade de atos normativos estão entre os fatores que mais provocam insegurança jurídica no país. Num ambiente repleto de incertezas e de ainda fraco crescimento econômico, as empresas engavetam projetos e adiam investimentos. Além de impulsionar a confiança, a redução da

burocracia agilizará os processos empresariais, aumentaria a competitividade, reduziria preços e contribuiria para uma maior inserção do Brasil nas cadeias globais de valor.

Esperamos que essas e outras medidas necessárias ao desenvolvimento econômico e social do país sejam viabilizadas nos próximos anos, por meio de consensos políticos entre os governos e as casas legislativas, com apoio do Judiciário. Por enquanto, devemos manter o otimismo e a crença no futuro, desejando, na última edição do ano, boas festas e um excelente 2019 a todos.



Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



*Desempenho das exportações brasileiras
poderia ser muito melhor caso as empresas não
tivessem que lidar com um número tão grande de
procedimentos repetidos ou semelhantes*

FÁCIL, RÁPIDO E NECESSÁRIO

ESTUDO DA CNI IDENTIFICOU 49 MEDIDAS SIMPLES QUE PODEM SER
ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO COM GRANDE IMPACTO SOBRE
A ATIVIDADE EMPRESARIAL E A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA

As exportações brasileiras tiveram uma participação de 1,23% nas vendas mundiais em 2017, conforme dados da Organização Mundial do Comércio (OMC). Embora seja uma participação ainda pequena, as vendas externas registraram um crescimento de 4,7% na comparação com o ano anterior. Algumas das principais barreiras às exportações brasileiras, entretanto, não estão lá fora, mas aqui dentro, como a burocracia. O processo de exportação marítimo, por exemplo, pode exigir até 26 tipos de documento, número 74% maior do que os 15 tipos de documentos solicitados no transporte terrestre.

Além de elevar os custos, o que reduz a competitividade das empresas brasileiras no exterior, a burocracia pode dificultar a entrada de produtos em outros mercados e aumentar os obstáculos para os empreendedores. No Brasil, num processo de exportação, o nome da empresa vendedora precisa ser indicado até 17 vezes, o endereço é fornecido 16 vezes e a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é informada outras dez vezes, conforme levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 2017, 23% dos bens tiveram de tirar licença para sair do país.

O estudo *Desburocratização e Qualidade Regulatória - Propostas para o Governo Jair Bolsonaro* identificou 49 medidas de competência exclusiva do Poder Executivo que, se adotadas, podem ter efeitos benéficos para o ambiente de negócios no país. São medidas que, ao lado do ajuste fiscal e do controle das contas públicas, podem diminuir entraves para quem empreende e estimular novos investimentos. O levantamento, que será encaminhado à equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro, inclui propostas nas áreas trabalhista e previdenciária, acordos comerciais e comércio exterior, infraestrutura de portos e ferrovias e tributação, entre outros.

AMBIENTE HOSTIL

O diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes, diz que o Brasil é um país com um ambiente de negócios muito hostil. “Todos os relatórios de competitividade que medem o grau de burocracia e os problemas regulatórios sempre destacam o Brasil de uma forma negativa. Em um ambiente de agenda de crescimento, no qual identificamos que a questão fiscal é essencial, ela tem de vir acompanhada de medidas que tirem os grilhões dos pés dos empresários”, avalia o economista.

O objetivo do estudo, segundo Fernandes, foi identificar ações que não dependam de grandes iniciativas do Congresso Nacional. “São medidas que, na maior parte, podem ser implementadas pelo Executivo, no curto prazo, e que dão um sinal de melhoria do ambiente de negócios”, explica o diretor da CNI. A implementação das medidas, segundo ele, não tem uma sequência e pode ser feita separadamente pela área do governo responsável pelo tema. “As medidas reduzem o custo burocrático e incentivam investimentos”, afirma.

Na área de comércio exterior, o documento elaborado pela CNI propõe a promulgação de acordos comerciais pela Presidência da República. Há acordos negociados e aprovados pelo Congresso Nacional que aguardam apenas isso para entrarem em vigor. Sem a publicação, as empresas brasileiras não podem fazer uso dos benefícios gerados por tais acordos. A promulgação permitirá às empresas ampliarem o acesso aos mercados externos para exportações de bens e serviços e para os investimentos brasileiros no exterior, o que estimula a atividade econômica.

Entre os acordos que podem ser promulgados, por meio da publicação de um decreto presidencial, estão o Acordo Econômico-Comercial Brasil-Peru, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Chile, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Colômbia, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Malawi, o Acordo Brasil-México para Reconhecimento Mútuo da Cachaça e Tequila, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Moçambique e o Código Aduaneiro do Mercosul.

APROVAR OU REJEITAR

Há, ainda, acordos comerciais já negociados pelo Executivo que não foram encaminhados ao Congresso Nacional para deliberação e aprovação. Sem esse encaminhamento, as empresas brasileiras não podem fazer uso dos benefícios gerados pelos tratados. Estão nessa situação o Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile, o Protocolo de Compras Públicas Brasil-Chile, o Protocolo de Compras Públicas do Mercosul e o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras Brasil-Chile. “Como os termos dos acordos já foram longamente discutidos, é aprovar ou rejeitar”, diz Fernandes.

A CNI propõe, também, a criação de um mecanismo de investigação de barreiras comerciais, o que permitirá ganhos



OS PIORES ENTRAVES ADUANEIROS, SEGUNDO AS EMPRESAS EXPORTADORAS

Escala varia de 1 a 5, sendo que "1" indica que o entrave é pouco crítico e "5" que o entrave é muito crítico.

3,42

Tarifas cobradas
nos portos e aeroportos



3,03

Tarifas cobradas
pelos órgãos anuentes



3,00

Excesso e complexidade
dos documentos
de exportação



2,97

Tempo para fiscalização,
despacho e liberação
de produtos



2,76

Procedimentos de
desembaraço complexos



2,77

Exigência de documentos
originais e/ou com
diversas assinaturas



2,61

Falta de padronização
de procedimentos nos diversos
órgãos anuentes



2,59

Falta de sincronismo
entre os órgãos anuentes
e a Receita Federal



Fonte: Desafios à competitividade das exportações
brasileiras. CNI, Brasília, 2016

de eficiência tanto para o governo quanto para as empresas. Além disso, esse mecanismo aumentaria a segurança jurídica, melhoraria o ambiente de negócios para as empresas e ampliaria a possibilidade de inserção internacional de bens, serviços e investimentos brasileiros. O mecanismo é complementar ao Sistema Eletrônico de Monitoramento

de Barreiras (SEM Barreiras), estabelecido pelo governo e que funciona como um repositório de barreiras.

Os principais parceiros comerciais do Brasil, como Estados Unidos, União Europeia, Coreia do Sul e Japão, já dispõem de um mecanismo por meio do qual o setor privado pode acionar o governo brasileiro para que

investigue e apresente soluções para a redução ou eliminação de barreiras que afetem exportações e investimentos. Após a crise econômica internacional de 2008 e 2009, há uma crescente imposição de barreiras pelas principais economias, muitas delas de caráter não tarifário e, portanto, mais difíceis de serem identificadas.

Especialista em direito comercial, o advogado Jairo Saddi avalia que esse mecanismo pode ser adotado rapidamente, já que os acordos comerciais foram negociados e não podem ser alterados pelo Congresso Nacional. Segundo ele, bastaria um ato do presidente da República, no caso dos textos já aprovados pelo Legislativo, e, no caso dos que ainda dependem de aprovação do Congresso, poderia ser feito um acordo para votação em bloco. "Haveria um benefício quase imediato para as empresas", comenta.

INFORMAÇÕES CLARAS

Além de facilitar exportações, a redução de burocracia pode beneficiar também as importações. Nesse sentido, a CNI propõe que sejam fornecidas informações mais claras sobre os registros e certificados necessários para importação e comercialização das mercadorias no Portal Único de Comércio Exterior. Hoje, o portal disponibiliza informações sobre a exigência ou não de licença de importação para a compra de mercadorias, mas os importadores têm dificuldade para prever quais outros registros e autorizações são necessárias nessa transação.

A mudança dará mais transparência e segurança jurídica a quem importa e pode evitar situações como a relatada pelo empresário Alex Carvalho, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) do Pará. "As tentativas que fizemos aqui no Pará de importar foram



Alex Carvalho reclama da burocracia para importar no Pará

lamentáveis. A gente até consegue atratividade em termos de preço, mas os problemas com a internalização, nos portos, e a liberação são um caminho muito longo. Uma vez o sindicato tentou importar cimento, que acabou petrificado no porto porque não conseguimos a liberação rapidamente”, conta Carvalho.

O dirigente relembra que a liberação demorou mais de um ano e as empresas que compraram o produto tiveram de arcar com o prejuízo. “Um dos grandes entraves para o bom desempenho da indústria brasileira é a burocracia, que faz com que haja dificuldades desnecessárias para que possamos ter uma competitividade maior”, comenta ele. Ainda na área comercial, a CNI sugere a publicação de resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) para impedir que os órgãos federais anuentes do comércio exijam licenciamento de importação e exportação temporárias.

Com o objetivo de viabilizar a integração das malhas do sistema ferroviário entre os diferentes trechos concedidos, a CNI propõe mudanças na legislação e em normas da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT). Os contratos celebrados na década de 1990 não permitem, na prática, nem o compartilhamento de infraestrutura nem a interoperabilidade da malha. E a integração ferroviária é crucial, tanto para o fomento da intermodalidade quanto para facilitar a licitação de novos trechos, como o da Norte-Sul, além de aumentar a competição do sistema ferroviário nacional.

O presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado da Paraíba (Sindalcool/PB), Edmundo Barbosa, afirma que “a

operação de uma linha ferroviária é como a operação de um aeroporto”. “Nada justifica que a ferrovia seja propriedade exclusiva de uma empresa que impeça a passagem de outros operadores ferroviários”, opina. Segundo Barbosa, entre os efeitos nefastos da burocracia sobre as empresas está o da logística, que no mundo todo é um fator diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico.

“No nosso caso, aqui na Paraíba, tem uma estrada de ferro que atravessa o estado, chega até Fortaleza e alcança ainda a cidade de São Luís, no Maranhão. Essa estrada de ferro é um daqueles casos em que a burocracia

de outra, não tem nenhum operador ferroviário que possa transportar carga livremente entre os vários trechos. Esse é um exemplo de burocracia que tem atrasado enormemente nossa logística”, afirma. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, o Brasil está em 88º lugar em termos de qualidade da infraestrutura ferroviária, em uma lista de 137 países.

As mudanças propostas pela CNI têm três objetivos. O primeiro deles é garantir, nos novos contratos de concessão, uma parcela da capacidade instalada da ferrovia para compartilhamento com outras concessionárias e com operadores ferroviários independentes. O segundo propósito das mudanças é adequar as resoluções da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que tratam do compartilhamento da malha. Finalmente, o terceiro objetivo, muito específico, é revogar o artigo 6º do Decreto nº 1.832/1996, que estabelece preferência de tráfego mútuo sobre o direito de passagem. O tráfego mútuo ocorre quando uma concessionária

“Todos os relatórios de competitividade que medem o grau de burocracia e os problemas regulatórios sempre destacam o Brasil de uma forma negativa”

José Augusto Fernandes,
diretor de Políticas e Estratégia da CNI

cia exerce um domínio extremamente negativo sobre o desenvolvimento. Defendo a importância do livre operador ferroviário e gostaria de ver o próximo governo acabando com esses monopólios de linha férrea, em que um só concessionário pode trafegar pela linha. Isso está causando um enorme atraso não só aqui, mas também em outras regiões do país”, afirma Barbosa.

O dirigente dá exemplos. “Já observei o mesmo problema em Goiás, numa ferrovia em que foram gastos R\$ 10 bilhões. Como a concessão de Anápolis para o centro-norte é de uma empresa e para o centro-sul é

precisa ultrapassar os limites geográficos de sua malha para complementar uma prestação de serviço.

Isso significa que, para concluir o serviço de transporte ferroviário, a concessionária compartilha recursos operacionais com a concessionária em cuja malha ocorrerá o prosseguimento ou conclusão do transporte. Esses recursos operacionais podem ser pessoal, serviços e equipamentos. Já o direito de passagem é a operação em que uma concessionária permite à outra, mediante remuneração ou compensação financeira, trafegar na sua malha, para concluir o transporte ferroviário.

Ainda na área de logística, a CNI sugere o efetivo funcionamento da Comissão Nacional das Autoridades dos Portos (CONAPORTOS), como órgão articulador da atuação dos órgãos públicos que operam no setor portuário, conforme prevê a legislação. “O excesso de burocracia nos portos públicos brasileiros é resultante de uma série de fatores, dentre eles a falta de articulação e sobreposição de funções dos diferentes órgãos de governo intervenientes nos portos”, avalia a CNI, no documento que em que propõe a agenda de desburocratização.

O aumento dos investimentos e da competição no setor portuário depende, ainda, da publicação dos decretos

delimitando as poligonais dos 24 portos organizados. Conforme a Nova Lei dos Portos (nº 12.815/2013), novos terminais privados só serão autorizados fora da área do porto organizado. Essa área é delimitada pelo traçado das poligonais do porto, que são, via de regra, excessivamente extensas, segundo a CNI. Embora a lei preveja que as áreas sejam delimitadas pelo Executivo, até hoje apenas 13 portos tiveram essa poligonal definida.

NORMAS PREVIDENCIÁRIAS

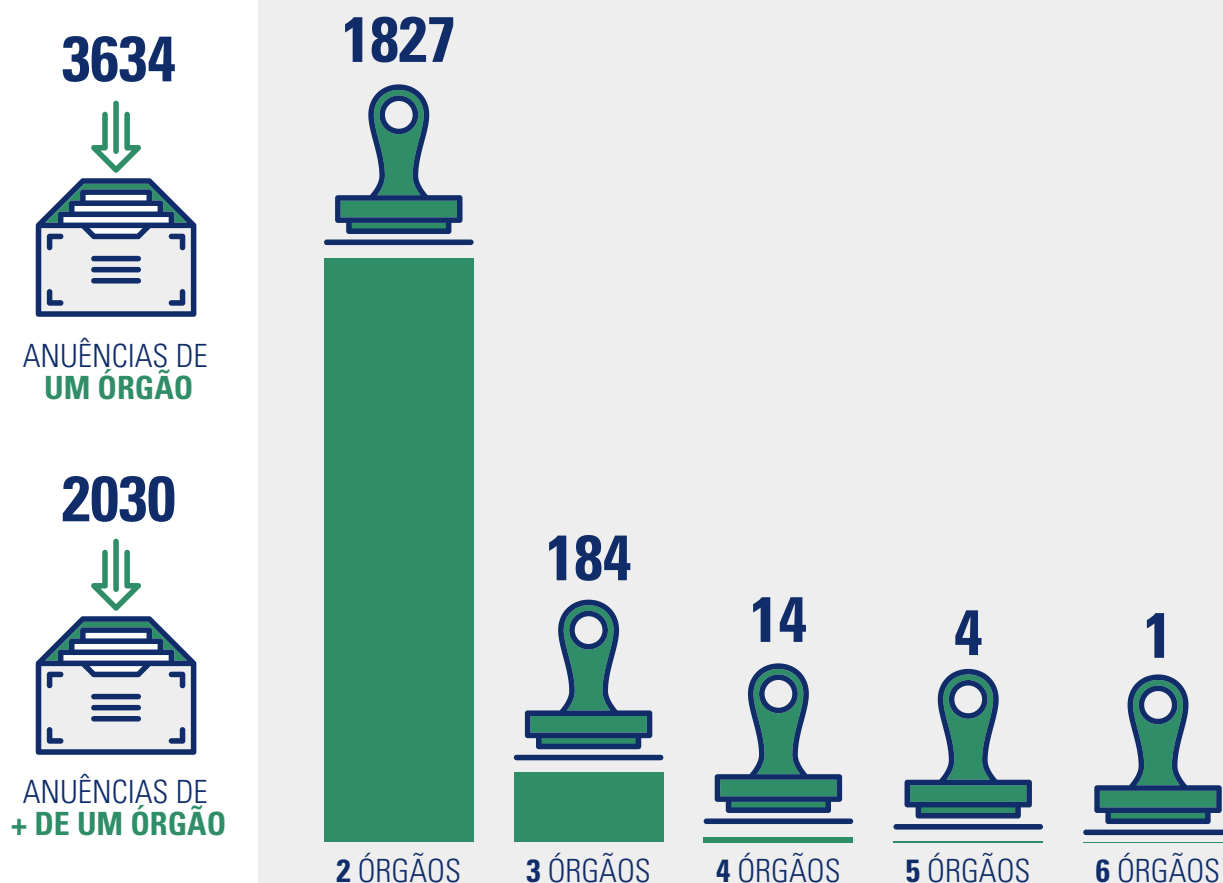
Outra medida que pode ser adotada por iniciativa do Executivo é possibilitar que as empresas tenham acesso

a informações sobre o empregado afastado, incluindo a identificação do tipo de benefício, Código de Identificação da Doença (CID) e, entre outros, o agendamento da perícia médica, o que pode contribuir para melhorar a gestão de suas atividades e facilitar o acompanhamento dos benefícios ativos. Para a CNI, mais transparência permitirá que as empresas possam acompanhar as condições de saúde do empregado afastado e reorganizar suas atividades até seu efetivo retorno.

O aperfeiçoamento da gestão dos afastamentos deve incluir, ainda, segundo a CNI, a permissão para que o serviço médico da empresa (próprio, contratado ou por convênio)

NÚMERO DE NOMENCLATURAS COMUNS DO MERCOSUL SUJEITAS A MAIS DE UMA ANUÊNCIA

(As nomenclaturas são códigos das mercadorias que circulam entre países do bloco)



Fonte: Os custos e encargos dos órgãos anuentes no comércio exterior brasileiro, CNI

subsídio a perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para garantir que eventual nexo acidental seja declarado apenas nos casos em que haja efetiva vinculação com o trabalho. “O nexo acidental tem aspectos positivos. No entanto, é preciso que a gente entenda que isso foi uma primeira aproximação. Esse enfoque deve ser revisto de forma continuada”, afirma Barbosa, do Sindalcool-PB.

Na mesma direção, segundo a CNI, a legislação deve ser alterada para permitir que o serviço médico da empresa solicite a prorrogação do benefício auxílio-doença quando houver discordância com a perícia médica em relação à incapacidade do empregado para retorno ao trabalho, protegendo-o para que não entre em um limbo jurídico-previdenciário, no qual ele não recebe nem benefício nem salário. Essa mudança aumentaria a segurança jurídica dos empregadores no afastamento do empregado que ainda não recuperou sua capacidade laboral.

TRABALHADOR EXPOSTO

Em relação à aposentadoria especial, a CNI propõe que o empregador tenha acesso à informação junto ao INSS sobre se o empregado já recebe esse tipo de benefício para que possa, se for o caso, cumprir a exigência legal de que quem recebe o benefício não pode mais trabalhar exposto aos agentes nocivos que o geram. A entidade sugere, também, a revogação da obrigatoriedade de registrar, no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o exame toxicológico dos funcionários, uma vez que a regra não tem relação com o objetivo do cadastro, criado para acompanhar contratação e dispensa de trabalhadores do mercado formal de trabalho.

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, diz que há um custo imenso e invisível da burocracia, que é o tempo

perdido. “Num mundo em que a aceleração da produção é o que cria diferencial competitivo, as muitas horas desperdiçadas em controles inúteis destroem a competitividade brasileira”, afirma Barral, sócio da Barral M. Jorge Consultores Associados. Segundo ele, não deveriam ser aprovadas normas de ampla interpretação, que acabam dependendo de idiosincrasias de fiscais.

REGRAS CONTRADITÓRIAS

Embora tenha sido aprovada uma reforma trabalhista em 2017 (Lei nº 13.467/2017), ainda há regras contraditórias na legislação que, segundo a CNI, precisam ser revogadas para dar mais segurança jurídica às empresas. É o caso, por exemplo, da redução do intervalo intrajornada. Enquanto a Portaria nº 1.095/2010 estabeleceu regras para o Ministério do Trabalho autorizar mudança na intrajornada, a reforma trabalhista permitiu a redução do intervalo intrajornada via negociação coletiva, sem necessidade de autorização do Ministério do Trabalho. A mudança trará mais segurança jurídica.

“A reforma trabalhista, que chamo de adequação de regras, nos permitiu uma válvula de escape pela qual o trabalhador pode fazer um acordo para melhor aproveitamento do horário de trabalho e de descanso”, afirma Helder Campos, presidente do Sindicato da Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado da Paraíba (Sinduscon-PB).

No âmbito das relações do trabalho, a CNI propõe, ainda, a revogação de outras duas portarias desalinhadas com a nova legislação trabalhista: uma sobre o ponto eletrônico e outra sobre prorrogação de jornada em atividade insalubre.

A entidade também sugere mudar as regras para gestão e guarda eletrônica de documentos e a publicação de critérios para definição de paraísos fiscais. A autorização para que a documentação relacionada às questões de segurança e saúde do trabalho exigida

das empresas seja assinada eletronicamente, bem como tenha sua guarda eletrônica aceita para fins de fiscalização do trabalho, vai simplificar procedimentos e reduzir custos para as empresas, que hoje têm gastos elevados com a guarda dos documentos em papel por períodos de até 20 anos.

Já a identificação de critérios detalhados para a definição de paraísos fiscais aumentará a proteção dos investimentos brasileiros no exterior. Atualmente, como não há critérios claros, os países que possuem modelos tributários diversos e que não são considerados paraísos fiscais por outros países acabam enquadrados na definição brasileira. Com isso, as empresas brasileiras que investem nesses países são prejudicadas. “Não é difícil essa definição, que pode ser regulamentada pela Receita Federal, por instrução normativa ou pelo Congresso Nacional por projeto de lei”, diz o advogado Jairo Saddi, especialista no tema.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A revogação da Instrução Normativa nº 1.765/2017, da Receita Federal, é outra medida que pode reduzir custos. Ela impossibilitou que empresas usassem créditos (saldos negativos) do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apurados no ano anterior já a partir de janeiro do ano seguinte, uma vez que o uso foi condicionado à entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), que normalmente ocorre em maio. Isso elevou o custo financeiro das empresas, que precisam carregar, por cinco a seis meses, créditos tributários que antes poderiam ser usados já no início do ano.

A redução da burocracia agiliza o processo empresarial e permite melhores resultados na atividade econômica, entre eles o aumento da competitividade, a redução de preços e o avanço das relações comerciais, afirma Daniel Amin Ferraz, doutor em direito empresarial e sócio da AFC Advogados.

O PESO DA BUROCRACIA NO BRASIL



1958 HORAS POR ANO PARA PAGAR TRIBUTOS

É quanto as empresas brasileiras gastam em atividades ligadas à preparação (cálculo, interpretação da legislação e registro de informações contábeis), ao arquivamento e ao pagamento de tributos, segundo o relatório Doing Business 2019, do Banco Mundial.



R\$ 60 BILHÕES EM TECNOLOGIA E PESSOAL

Esse é o custo da estrutura de tecnologia e recursos humanos que existe nas empresas para lidar com a burocracia, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Em média, essa burocracia consome cerca de 1,5% do faturamento bruto das empresas.



EXCESSO DE BUROCRACIA ESTIMULA A CORRUPÇÃO

É o que mostra pesquisa divulgada em setembro pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Para 75% dos entrevistados, o emaranhado de impostos e o ambiente regulatório complexo expõem as empresas e autoridades brasileiras a crimes éticos e financeiros, contribuindo para atos de corrupção.



558 ATUALIZAÇÕES NAS REGRAS DE UM SÓ IMPOSTO

Esse é o número de vezes em que a legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi atualizada em 4 anos, segundo dados de 2017 do Instituto Endeavor, ou seja, houve uma atualização a cada 3 dias.



VEJA COMO A REDUÇÃO DA BUROCRACIA PODE DIMINUIR OS CUSTOS DAS EMPRESAS E AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

TRABALHISTA

PROBLEMA

SOLUÇÃO

Redução do intervalo intrajornada	A reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467) permitiu a redução do intervalo intrajornada (descanso ou alimentação, por exemplo) via negociação coletiva, mas norma de 2010 prevê autorização do Ministério do Trabalho	Revogação da Portaria nº 1.095/2010, do Ministério do Trabalho, que prevê aprovação da redução do intervalo intrajornada pela pasta
Prorrogação da jornada de trabalho insalubre	A reforma trabalhista prevê que a prorrogação da jornada de trabalho em atividade insalubre pode ser aprovada em negociação coletiva, mas a portaria de 2015 do Ministério do Trabalho prevê que medida deve ser autorizada pela pasta	Revogação da Portaria nº 702/2015, do Ministério do Trabalho

ADMINISTRATIVA

PROBLEMA

SOLUÇÃO

Gestão e guarda eletrônica de documentos	A fiscalização não aceita a guarda e a assinatura eletrônica de documentos em questões de segurança e saúde no trabalho	Edição de decreto presidencial com novas regras
Registro de exame toxicológico no CAGED	A legislação obriga registrar, no CAGED, o exame toxicológico feito pelo trabalhador	Revogação da Portaria nº 945/2017, editada pelo Ministério do Trabalho

ACORDOS COMERCIAIS

PROBLEMA

SOLUÇÃO

Investigação de barreiras comerciais	O Brasil não dispõe de um mecanismo pelo qual o setor privado possa acionar o governo para que investigue redução ou eliminação de barreiras comerciais	Criação do Mecanismo de Investigação de Barreiras
Coleta única de taxas e encargos de comércio exterior	O Brasil não dispõe de sistema único de arrecadação de encargos, impostos, taxas e contribuições incidentes no comércio exterior	Alterar o Decreto nº 8.229/2014 para permitir implantar um sistema de coleta única

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

PROBLEMA

SOLUÇÃO

Paraísos fiscais	A falta de critérios acaba prejudicando empresas brasileiras, que recolhem mais tributos	Publicação de portaria do Ministério da Fazenda com os critérios de caracterização de paraísos fiscais
Compensação de créditos tributários	Norma da Receita Federal impede que as empresas possam usar créditos de IRPF e CSLL em um ano a partir de janeiro do ano seguinte	Revogação da Instrução Normativa nº 1.765/2017, editada pela Receita Federal

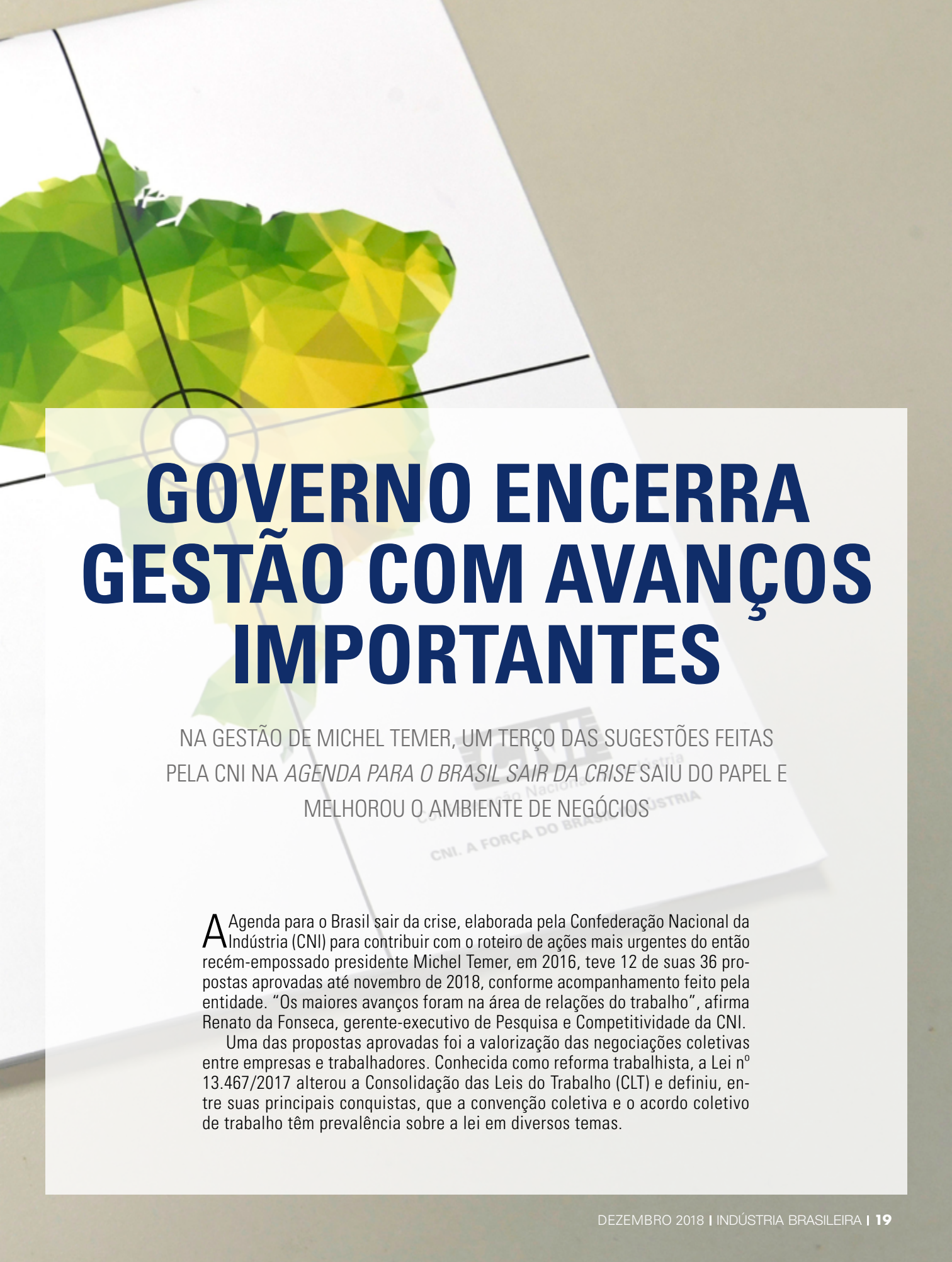
Fonte: CNI

O documento foi entregue pessoalmente por Robson Braga de Andrade (CNI) ao presidente Michel Temer logo no início de sua gestão, em 2016

AGENDA PARA O **BRASIL** SAIR DA CRISE

2016-2018





GOVERNO ENCERRA GESTÃO COM AVANÇOS IMPORTANTES

NA GESTÃO DE MICHEL TEMER, UM TERÇO DAS SUGESTÕES FEITAS
PELA CNI NA *AGENDA PARA O BRASIL SAIR DA CRISE* SAIU DO PAPEL E
MELHOROU O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A Agenda para o Brasil sair da crise, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para contribuir com o roteiro de ações mais urgentes do então recém-empossado presidente Michel Temer, em 2016, teve 12 de suas 36 propostas aprovadas até novembro de 2018, conforme acompanhamento feito pela entidade. “Os maiores avanços foram na área de relações do trabalho”, afirma Renato da Fonseca, gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI.

Uma das propostas aprovadas foi a valorização das negociações coletivas entre empresas e trabalhadores. Conhecida como reforma trabalhista, a Lei nº 13.467/2017 alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e definiu, entre suas principais conquistas, que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em diversos temas.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), Fernando Pimentel, avalia que o avanço legal obtido começa a mostrar resultados na prática. “Uma boa legislação ajuda na recuperação de postos de trabalho porque há mais formas de trazer a pessoa para o mercado formal, o que todos desejam”, comenta ele. O dirigente destaca, contudo, ser “óbvio que esse processo ainda não está 100% consolidado”.

Fernando Pimentel diz que a mudança na legislação trabalhista “não retirou direitos e abriu espaço de negociação entre empresas e entidades que representam os trabalhadores”, o que fortalece as entidades que prestam um bom serviço. Além disso, ressalta, “o Brasil tem um grande volume de ações trabalhistas e, do ponto de vista prático, as mudanças contribuem para uma redução no número de causas”.

Regulamentar a terceirização — com uma legislação que permita à empresa escolher o que terceirizar, de acordo com a sua estratégia de negócio, e pôs fim à

inadequada distinção entre atividades-meio e fim, existente apenas no Brasil — foi outra proposta apresentada pela CNI, hoje prevista nas Leis nº 13.429 e nº 13.467, ambas de 2017. Conjuntamente, elas permitem a terceirização de qualquer etapa do processo produtivo, além de definirem as responsabilidades das empresas na terceirização.

“A terceirização veio ao encontro da lógica de produção. Não podemos demonizar novas formas de contratação. A regulamentação dá mais segurança jurídica para as empresas e contribui para melhorar a eficiência”, afirma Pimentel. Ainda na área trabalhista foi aprovada uma resolução do Conselho Nacional de Previdência, nº 1.329, excluindo os acidentes de trajeto (da residência para o trabalho e do trabalho para a residência) da metodologia do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Renato da Fonseca, da CNI, destaca que, das 17 propostas não concluídas, 5 estão em discussão no Congresso Nacional e uma delas, a

reforma da Previdência Social, certamente estará em 2019 porque o presidente eleito Jair Bolsonaro já sinalizou que o tema é prioridade na área econômica. “O resultado da implementação da agenda é positivo e contribui para melhorar o ambiente de negócios”, comenta ele. Entre os projetos que ainda estão em discussão, ele cita o que busca fortalecer o papel das agências reguladoras.

Fernando Pimentel, da ABIT, cita ainda a convalidação dos incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a lei que alterou o regime de partilha em óleo e gás e a emenda constitucional do teto dos gastos públicos. “A convalidação dos incentivos fiscais do ICMS deu maior segurança jurídica às empresas. A guerra fiscal, por meio da concessão de incentivos, chegou a gerar um jogo de soma negativa, prejudicando estados e criando insegurança para as empresas”, resume.

Em 29 de novembro de 2016, Temer sancionou a Lei nº 13.365, que

CONHEÇA ALGUNS PONTOS CONCLUÍDOS DA **AGENDA** **PARA O BRASIL** **SAIR DA CRISE**



CONVALIDAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS DO ICMS

o projeto foi aprovado e o processo vem sendo conduzido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).



NEGOCIAÇÃO COLETIVA

foi aprovada a Lei nº 13.467/2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e define que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei em diversos temas.

retirou a obrigatoriedade de a Petrobras de ser operadora única do pré-sal e possuir, ao menos, 30% nos consórcios formados para exploração de blocos leiloados no regime de partilha. Essa mudança permitiu ao governo arrecadar R\$ 17,95 bilhões em três leilões realizados em 2018. Em dois anos, a arrecadação foi de R\$ 27,9 bilhões, com leilões de blocos exploratórios de petróleo, que contaram com a participação de empresas estrangeiras e da própria Petrobras.

No caso dos gastos públicos, o limite constitucional ao crescimento dos gastos, que não pode superar a variação da inflação do ano anterior, foi aprovado em 2016 e está em vigor. Ainda que as demais demandas não tenham sido atendidas, diz Fonseca, a criação do limite, pela sua importância ao controle do gasto público,

permite concluir que a proposta apresentada pela CNI foi atendida.

Na área tributária, a Lei nº 13.670/2018 regulamentou as condições que permitem a compensação de

sobre Produtos Industrializados (IPI) para abater débitos relativos a contribuições previdenciárias e outros tributos federais.

Renato da Fonseca destaca, ainda, que houve avanço significativo nas negociações comerciais brasileiras, com resultados importantes, ainda que algumas ações não tenham sido concluídas. Um exemplo são as negociações com o México, que ficaram estagnadas em 2018, e com a União Europeia, que não foram concluídas mas se aproximaram da celebração de um acordo político. Ele cita, também, os acordos de livre comércio fechados com Peru (2016) e Chile (2018), o acordo sobre serviços firmado com a Colômbia (2018) e a assinatura de um plano de ação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico em diversos temas.

“O resultado da implementação da agenda é positivo e contribui para melhorar o ambiente de negócios”

Renato da Fonseca,
*gerente-executivo de Pesquisa
e Competitividade da CNI*

créditos entre tributos federais, outra medida proposta pela CNI. Mas a efetivação da medida ainda depende da plena operacionalização do eSocial. Com a mudança, será possível usar créditos do PIS-Cofins e do Imposto

de livre comércio fechados com Peru (2016) e Chile (2018), o acordo sobre serviços firmado com a Colômbia (2018) e a assinatura de um plano de ação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico em diversos temas.



REGULAMENTAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

Em 2017 foram aprovadas as Leis nº 13.429 e nº 13.467, que, conjuntamente, permitem a terceirização de qualquer atividade da empresa.



REVISÃO DO REGIME DE PARTILHA DE ÓLEO E GÁS

A sanção da Lei nº 13.365, em novembro de 2016, retirou a obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única e possuir 30% nos consórcios.



REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO NACIONAL DE CT&I

Em 7 de fevereiro de 2018 foi regulamentado o marco legal de inovação, Lei nº 13.243/2016, por meio do Decreto nº 9.283.



Fonte: CNI

Fonte: CNI

PRIORIDADE LEGISLATIVA É COLOCAR ORDEM NAS CONTAS PÚBLICAS

DEPUTADO FEDERAL PELO PSL DE SÃO PAULO E SENADOR ELEITO COM VOTAÇÃO EXPRESSIVA, MAJOR OLÍMPIO DESCREVE A CONSTRUÇÃO DA BASE LEGISLATIVA DO FUTURO GOVERNO JAIR BOLSONARO, DO QUAL SERÁ UMA DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS

O Estado precisa ser um facilitador de toda a atividade econômica, em especial para quem está gerando emprego e renda, afirma o deputado federal e senador eleito Sérgio Olímpio Gomes, mais conhecido como Major Olímpio (PSL-SP). “A desburocratização vai acontecer para estimular a economia. Hoje, as regras para concessão de licenças acabam sendo um transtorno. Há casos de pessoas que ficam anos na fila pleiteando um tipo de licença”, comenta ele, que se elegeram para o Senado com expressivos 9 milhões de votos e deve ser uma das principais lideranças do governo Jair Bolsonaro no Congresso Nacional.

Quais devem ser as prioridades da agenda legislativa em 2019?

Sem a menor dúvida, o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento da economia vão ser prioridades à medida em que temos que discutir e votar as reformas previdenciária e tributária. Concomitante a isso, a pauta da segurança pública é um tema central em

discussão pela sociedade brasileira. São medidas de combate à criminalidade e à corrupção e de controle do dinheiro das facções criminosas, que ainda continuam mandando no crime de dentro dos presídios brasileiros. Essa não é uma pauta apenas do governo Jair Bolsonaro, mas sim do povo brasileiro, que está exigindo atitudes concretas, que nascem das mudanças legislativas.

Quando propostas estruturais, como a reforma da Previdência Social e tributária, serão enviadas ao Congresso Nacional?

Não posso afirmar qual será o cronograma do Executivo porque, nesse processo de transição, muitos órgãos estão sendo extintos e outros criados e, logicamente, se aprofundando em projetos que são fundamentais para serem apresentados. Mas creio eu que o momento em que essas propostas estarão prontas para serem discutidas é a partir da posse do novo Congresso Nacional, em fevereiro de 2019. Não adianta você mandar um

projeto em janeiro quando em 1º de fevereiro nós teremos mais de 50% de renovação na Câmara dos Deputados. Acredito que janeiro seja para se ultimar a preparação dos projetos e iniciar uma discussão interna, para que seja enviado ao Congresso um projeto com maior possibilidade de ser aprovado.

Como assim?

É óbvio que os integrantes do Congresso vão se debruçar sobre a proposta e teremos as manifestações de todos sobre as mudanças constitucionais que possam ser aprovadas nas áreas previdenciária e tributária. Muitas vezes o ótimo é inimigo do bom. Teremos emendas constitucionais provocando mudanças que serão necessárias, mas dentro do curso normal da democracia.

E como será a base de apoio do governo tanto na Câmara quanto no Senado?

Nós temos hoje uma nova dinâmica de relacionamento entre Executivo



Major Olímpio afirma que futuro governo buscará reduzir a burocracia e estimular a geração de empregos

e Legislativo. Já tivemos a nomeação de ministros baseada apenas em critérios técnicos, tivemos as escolhas pessoais do presidente Bolsonaro, sem o toma lá dá cá. Estamos diante de uma nova realidade, discutindo com partidos que poderão integrar a base de apoio ao governo e avaliando a formação dos blocos, que é muito importante para definir as participações dos partidos nas comissões. A correlação de forças dentro da Casas é um processo de amadurecimento. Estamos concluindo essas negociações. Temos várias candidaturas para as presidências das duas Casas. Estamos na hora em que todo mundo está se aquecendo para entrar em campo. Dia 1º de janeiro entra o presidente Bolsonaro. E as eleições das presidências das duas Casas, dos integrantes das comissões e dos blocos partidários ficam para a partir de 1º de fevereiro. Temos muita expectativa de que teremos uma garantia de governabilidade dentro de um plano ideal, o que exige 308 votos na Câmara

dos Deputados e 49 no Senado, para promover uma alteração constitucional. A cada momento, a cada projeto, teremos um encaminhamento diferente, uma nova construção sobre a maioria necessária. Isso é positivo e permitirá avançar democraticamente, sem o toma lá dá cá.

Há espaço para reduzir burocracia e melhorar o ambiente de negócios?

A reestruturação e a redução de ministérios já é um passo para reduzir burocracia. A desburocratização vai acontecer para estimular a economia. Hoje, as regras para concessão de licenças acabam sendo um transtorno. Há casos de pessoas que ficam anos na fila pleiteando esse tipo de licença. O governo deve se desincumbir das tarefas que são primordiais para o Estado e apoiar o setor privado de todas as formas, principalmente as propostas que possam estimular a economia e gerar empregos.

Nesse sentido, o que pode ser feito?

Precisamos de maior agilidade do Estado como um facilitador de toda a economia, em especial para aquele que está gerando emprego e renda. Não é possível, por exemplo, termos um tempo longo para abertura de empresas. A questão primordial é que as empresas produzam, apesar das dificuldades colocadas pelo governo.

E na área trabalhista, o que ainda poderá ser feito?

A reforma trabalhista, aprovada em 2017, teve um efeito muito positivo ao valorizar ao acordado sobre o legislado e ao responsabilizar aquele que entra com a ação pelo pagamento de sucumbências no caso de perda. Isso provocou a diminuição do número de ações. Quando o presidente Bolsonaro fala que ainda podemos avançar, ele não quer reduzir direitos, mas permitir que aqueles que querem gerar emprego no Brasil não se sintam tolhidos.

MERCADOS ESPERAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ECONOMISTA ZEINA LATIF, DA XP INVESTIMENTOS, ACREDITA QUE MUDANÇA NAS REGRAS DE APOSENTADORIA SÓ SAIRÁ NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019, MAS DIZ QUE PAÍS PRECISA APROVAR A REFORMA PARA RECUPERAR A CONFIANÇA DOS INVESTIDORES



Embara seja possível avançar em medidas microeconômicas para melhorar o ambiente de negócios, dando continuidade ao que já vem sendo feito pelo governo de Michel Temer, a variável chave para o sucesso do próximo governo no campo econômico é a aprovação da reforma da Previdência Social, afirma Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos. “Não é só uma questão de saber se vai aprovar ou não, mas a qualidade da reforma. Não pode ser qualquer reforma. Essa reforma é um divisor de águas tanto para 2019 quanto para os anos seguintes”, resume ela.

Economista elogia medidas do governo Temer, mas diz que Previdência ainda é “espada no pescoço”

Quais as perspectivas econômicas para 2019?

Ainda tem uma certa dose de incerteza. Essa ideia de que passa a eleição e as incertezas vão embora não é verdade. Você tirou da frente a incerteza eleitoral, mas toda a agenda econômica ainda traz preocupação e pontos de incerteza. Estou falando aqui da reforma da Previdência Social, que é prioritária para termos um ambiente macroeconômico saudável. No caso da reforma da Previdência, não é só uma questão de saber se vai aprovar ou não, mas a qualidade da reforma. Não pode ser qualquer reforma. Essa reforma é um divisor de águas tanto para 2019 quanto para os anos seguintes.

Como assim?

Se a gente for por um caminho de uma reforma que sai atrasada e tímida, isso tende a gerar ruídos nos mercados e vai acabar impactando câmbio, inflação, taxa de juros e, portanto, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). Os respingos poderiam ocorrer já em 2019. Digamos que no próximo ano ocorra um cenário em que não sai a reforma da Previdência, com negociações difíceis no Congresso Nacional. Com isso, os mercados vão ficar estressados porque o ambiente político não é neutro para o desempenho econômico.

Quais seriam as implicações disso?

Vou dar um exemplo: em 2018, em função do cenário eleitoral, houve uma grande volatilidade cambial e estimo que isso pode ter roubado algo como 0,3% de crescimento do PIB. Ou seja, se tivermos algum quadro de incerteza em relação à Previdência, isso pode gerar uma pressão cambial que vai limitar o crescimento. Vale lembrar que o cenário externo hoje está pior do que há um ano. Tem também uma questão de expectativa porque se os

empresários perceberem que as negociações estão atrapalhadas, isso pode provocar um atraso nos investimentos. Em resumo, 2019 vai ser um ano de crescimento econômico, muito como herança do governo Temer, mas ainda está difícil enxergar os anos seguintes.

E quais as perspectivas para aprovar a reforma da Previdência em 2019?

Eu não acho que o governo vai conseguir aprovar a reforma na Câmara dos Deputados no primeiro semestre. A tramitação da proposta vai dar muito trabalho e vai ser lenta. Acredito que vamos ficar o primeiro semestre com essa incerteza sobre a aprovação na Câmara. Espero a aprovação somente para o segundo semestre, incluindo a votação no Senado Federal. Seria importante aprovar na Câmara no primeiro semestre para dar um sinal e, com isso, evitar turbulência cambial, evitar que o Banco Central tenha de elevar a taxa básica de juros precocemente e impactar a confiança dos empresários. Mas acho difícil aprovar no primeiro semestre. Embora a proposta do governo Bolsonaro não seja conhecida, já está claro que a sua é diferente do texto que está em análise hoje na Câmara dos Deputados, pronto para ser votado. Começar tudo de novo demora. E uma eventual aprovação no segundo semestre implica numa reforma mais tímida.

Por quê?

No segundo semestre já passou a lua de mel do governo com o Congresso Nacional e o quadro político ficará mais desafiador. Acho que isso pode acabar limitando o escopo da reforma, com o governo tendo de ceder para conseguir aprovar. Nesse cenário, trabalho com o PIB crescendo entre 1% e 2% em 2019, abaixo do consenso do mercado financeiro, que está em 2,5%. Estou mais conservadora exatamente por causa dessa questão política.

Deixando de lado as reformas estruturais, há possibilidade de avançar em outras medidas, de iniciativa apenas do Executivo, para destravar a economia?

Tem algumas coisas que podem ser feitas. O Brasil é um país cheio de distorções e o governo Temer já tomou muitas medidas para reduzir a burocracia, melhorar o ambiente de negócios e controlar os gastos públicos. Seria injusto não reconhecer o que já tem sido feito e que já está ajudando a economia, mas não tem jeito. Temos uma espada no pescoço que é a Previdência. Não temos como pensar em políticas públicas sem resolver esse problema, que tem a ver com a solvência das contas públicas. A eficácia de qualquer política pública vai ser limitada num ambiente macroeconômico instável, em que as pessoas não saibam para onde vai o dólar e a inflação, por exemplo. Tem de manter essa agenda que já está sendo feita de medidas microeconômicas porque muitas coisas foram feitas nos últimos dois anos. Não estamos saindo do quadro de uma completa bagunça. Mas isso não tira a faca do pescoço, que é a questão da Previdência Social. O mercado financeiro e os investidores deram o benefício da dúvida nos últimos anos porque houve a avaliação de que essa é uma agenda dura e, embora o Temer não tenha conseguido, o próximo presidente vai fazer a reforma. Se a gente começa a ter ruídos nessa agenda, isso pode gerar volatilidade. Essa variável é central para o sucesso econômico do próximo governo.

Como você vê as pressões dos governadores por uma solução para as contas dos estados, que hoje não estão conseguindo pagar em dia nem os salários?

Se a gente for para uma reforma da Previdência mais tímida, que não inclua os estados — o que significa mexer no regime especial dos professores e das polícias —, esse desespero só vai crescer e as pautas-bomba vão aumentar.

CNI, EMPRESÁRIOS E ISTOÉ DINHEIRO DISCUTEM SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a revista *IstoÉ Dinheiro*, realizou, no dia 26 de novembro, o debate *Sustentabilidade e Mudanças Climáticas: novos negócios*. O encontro contou com representantes de grandes empresas, como a Votorantim Cimento, a Braskem e a ArcelorMittal. Entre as principais discussões traçadas pelos participantes estão o incremento em investimentos em pesquisa e desenvolvimento no país e a criação de um sistema de governança estratégico para a consolidação da economia de baixo carbono. No Brasil, a indústria é responsável por 20% do Produto Interno Bruto (PIB), com emissões de gases de efeito estufa de apenas 7%.



Foto: Divulgação



Foto: shutterstock.com

INDÚSTRIA BRASILEIRA CRITICA MUITAS POR INFRAÇÕES À TABELA DO FRETE

Em mais um capítulo do tabelamento do frete, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) divulgou resolução no início de novembro fixando multas para supostas infrações à tabela do frete. Para a CNI, a medida é inconstitucional e pune quem contrata o transporte rodoviário. Na visão da entidade, a resolução gera mais insegurança jurídica ao empresariado brasileiro, pois cria punições para uma tabela que ainda não tem critérios objetivos de cálculo. A CNI considera que a tabela não corresponde à realidade do setor produtivo e suas necessidades de transporte rodoviário.

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO DEVEM OUVIR SETOR PRODUTIVO

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, afirmou, em discurso na 29ª Reunião de Presidentes das Organizações Empresariais Ibero-Americanas, que o setor produtivo precisa estar presente em debates sobre as transformações no mundo do trabalho. Para Furlan, os países precisam ter flexibilidade institucional para conseguir acompanhar as novas formas de produção que surgirão com a indústria 4.0. Ele ressaltou, também, os avanços trazidos ao Brasil neste primeiro ano de reforma trabalhista.





MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO FAZ ÚLTIMA REUNIÃO COM FOCO NOS RESULTADOS DE 2018

Lideranças empresariais e representantes do governo participaram, em 23 de novembro, em São Paulo, da última reunião de 2018 do *Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação* (MEI). Durante o encontro, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, destacou a formação da rede de Institutos SENAI de Inovação, que contam com 26 unidades de pesquisa aplicada em todas as regiões brasileiras e mais de 620 projetos concluídos. Em seu balanço, o dirigente citou, ainda, os oito Centros de Inovação do Serviço Social da Indústria (SESI) voltados para tecnologias em saúde e lembrou das contribuições do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para a formulação de políticas públicas, como o *Projeto Indústria 2027* e programas de formação de talentos profissionais, como o Inova Talentos.

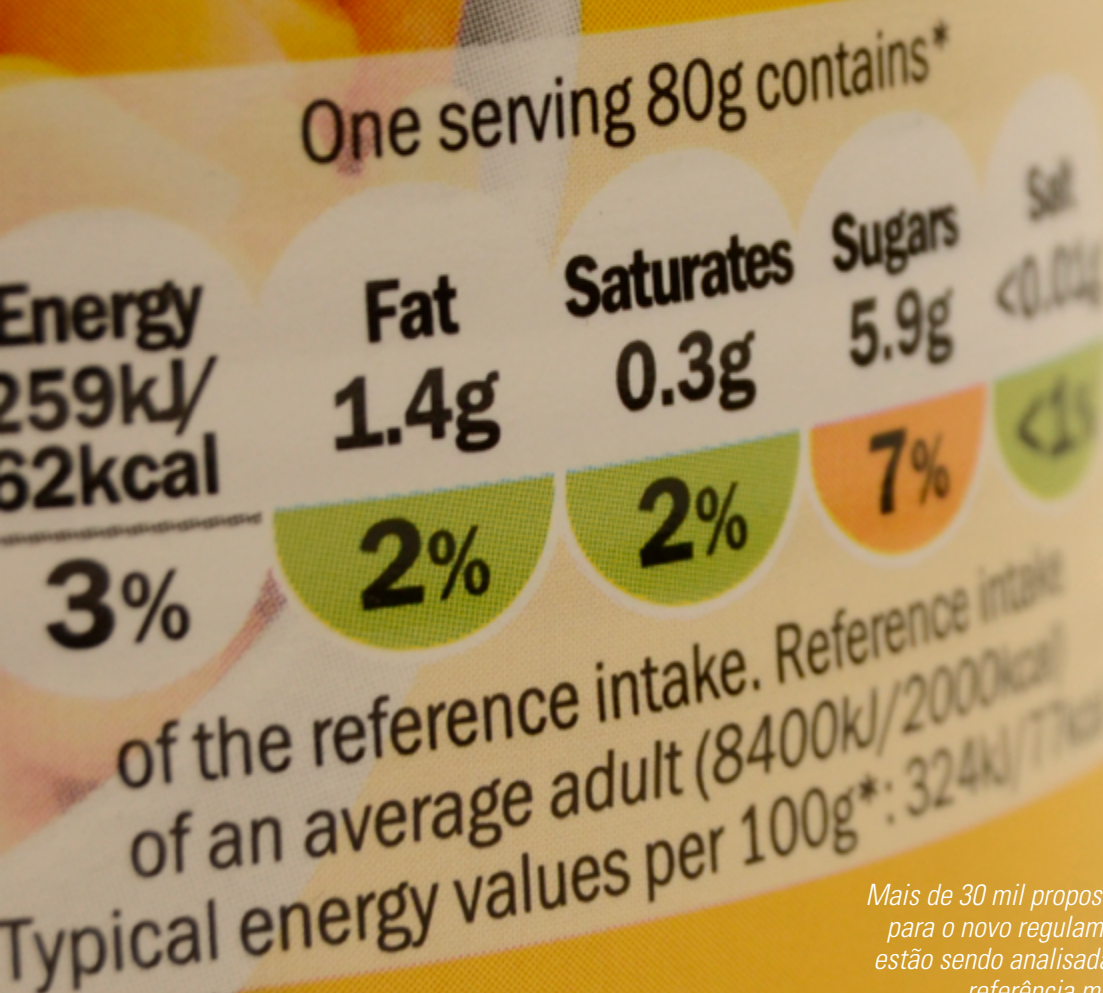
Foto: Divulgação

PREVIDENCIÔMETRO SUPERA OS R\$ 4,67 BILHÕES

Enquanto a reforma da Previdência não é aprovada no Brasil, a CNI continua em campanha lembrando ao país o custo dessa demora. O Previdenciômetro, plataforma que calcula o valor economizado caso a medida tivesse sido aprovada em 1º de junho de 2017, já passou a marca dos R\$ 4,67 bilhões, dinheiro suficiente para investir em 3.118 quilômetros de estradas, 74.236 moradias populares, 187 novos hospitais ou 1.124 escolas. Os valores de economia, atualizados pela ferramenta a cada segundo, foram calculados a partir de projeções do Ministério da Fazenda e representam a diferença entre os gastos projetados com a manutenção das regras previdenciárias atuais e as despesas projetadas com a mudança dos critérios para a aposentadoria.



Foto: shutterstock.com



Mais de 30 mil propostas feitas pela sociedade civil para o novo regulamento de rotulagem nutricional estão sendo analisadas pela Anvisa, que tem como referência modelo usado em outros países

QUANDO MENOS É MAIS

CNI E ENTIDADES LIGADAS AO SETOR PRODUTIVO DE ALIMENTOS E BEBIDAS DEFENDEM PADRÃO DE ROTULAGEM DE SEMÁFOROS E FRONTAL, QUE É MAIS SIMPLES E DIDÁTICO E JÁ VEM SENDO ADOTADO EM VÁRIOS OUTROS PAÍSES

Como apresentar a informação nutricional de forma clara ao consumidor brasileiro? A questão é complexa e tem preocupado associações representativas da cadeia produtiva de alimentos e bebidas, que investiram em estudos para a construção do modelo mais adequado de rotulagem nutricional e que está sob análise da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O processo de revisão do modelo de rótulos, conduzido pela agência, resultou na criação da *Rede Rotulagem*, iniciativa de 22 entidades ligadas ao setor de alimentos e bebidas, entre elas a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (ABIR) e a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). A *Rede Rotulagem* apoia um rótulo que tenha clareza e informações completas. “O novo modelo permitirá ao consumidor levar para casa aquele produto que melhor se adequa ao seu estilo de vida, para que ele possa tomar suas decisões de forma autônoma e consciente”, defende João Dornellas, presidente-executivo da ABIA.



Foto: divulgação

Mônica Messenberg (CNI) diz que rótulo semafórico beneficia o consumidor

A reformulação da rotulagem é importante, mas em si não é solução para todos os problemas nutricionais observados pelos organismos especializados em saúde coletiva.

O setor produtivo defende o modelo de semáforo frontal, em que a apresentação gráfica aparece na frente da embalagem e é semi-interpretativa. Essa representação já é adotada por diversas nações, como Reino Unido, Canadá e Equador e sua eficácia está baseada em estudos científicos. “Quando a gente fala em rotulagem, a primeira pergunta que nos vem é: o que a ciência de leitura de rótulos, que é a semiologia, nos diz a respeito disso? Temos artigos importantes e validados dizendo que as pessoas, em qualquer parte do mundo, entendem o código dos sinais. Ainda que elas não saibam ler – no Brasil temos mais de 11 milhões de analfabetos –, quando elas veem o código de cores, o semáforo, elas conseguem entender”, explica Henrique Lian, diretor de relações institucionais da Proteste Associação de Consumidores, entidade que atua na defesa e no fortalecimento dos direitos dos consumidores brasileiros.

A proposta de rotulagem frontal associada ao modelo do semáforo foca em uma qualificação gradativa do teor dos nutrientes, seguindo as cores do semáforo: verde, amarelo e vermelho, como mostra o exemplo da figura. Além disso, o novo modelo traz outra novidade: propõe uma indicação pela porção usualmente consumida, que varia de acordo com

cada produto (se é colher, unidade ou gramas, por exemplo). A ideia é que não haja mais uma padronização fixa para 100 gramas ou 100 mililitros. “É um jeito de apresentar as informações de forma mais didática. O novo modelo passa a informação fazendo com que o consumidor seja empoderado, para que ele possa fazer uma decisão de compra consciente e duradoura”, defende

de rotulagem adequado à realidade brasileira e que vai beneficiar o consumidor, permitindo que ele decida o quanto quer ingerir e não demonizando *a priori* nenhum produto”, afirma Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI.

Alguns dados justificam essa expectativa. Uma pesquisa do Ibope Inteligência realizada em outubro de 2017 com uma amostra representativa da população do país mostrou que o padrão semafórico é amplamente aprovado. Nada menos que 89% dos consumidores brasileiros consideraram que as escolhas alimentares ficam mais saudáveis com o uso desse modelo na embalagem de alimentos e bebidas. Também expressiva foi a concordância com afirmações de que a simbologia do semáforo facilita a educação das crianças e a comparação entre produtos, melhora o destaque de informações na embalagem e que esse modelo é, de fato, mais didático e de fácil entendimento.

O trabalho regulatório da Anvisa ainda está em andamento. Mais de 30 mil contribuições da sociedade civil foram obtidas durante a Tomada Pública de Subsídios (TPS), que se encerrou em novembro. Agora virão uma etapa de análise técnica, a preparação de uma medida para nova consulta pública e a deliberação da diretoria da agência, que deve ocorrer até março de 2019. Segundo o diretor-presidente da Anvisa, essa “é uma grande oportunidade de oferecer à população não só o direito à informação, mas o direito à escolha”.

“O novo modelo permitirá ao consumidor levar para casa aquele produto que melhor se adequa ao seu estilo de vida, para que ele possa tomar suas decisões de forma autônoma e consciente”

João Dornellas,
presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA)

Márcia Terra, diretora da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN), que, apesar de não integrar a *Rede Rotulagem*, também defende o modelo do rótulo frontal de semáforo. Ela lembra, ainda, que é preciso enfatizar, na discussão sobre a nova rotulagem, que não existem nutrientes per se que sejam nocivos para a saúde.

O novo modelo possibilita a compreensão dos principais atributos nutricionais dos alimentos, de forma individualizada. Deve facilitar, também, uma comparação nutricional entre produtos. “É um sistema

CONSUMIDORES TAMBÉM APROVAM MUDANÇAS, MAS DIZEM QUE SEUS HÁBITOS DEVEM SER MAIS SAUDÁVEIS

ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA É O HÁBITO MAIS IMPORTANTE

(Quais são os hábitos saudáveis que você considera importantes para manter uma boa saúde?)

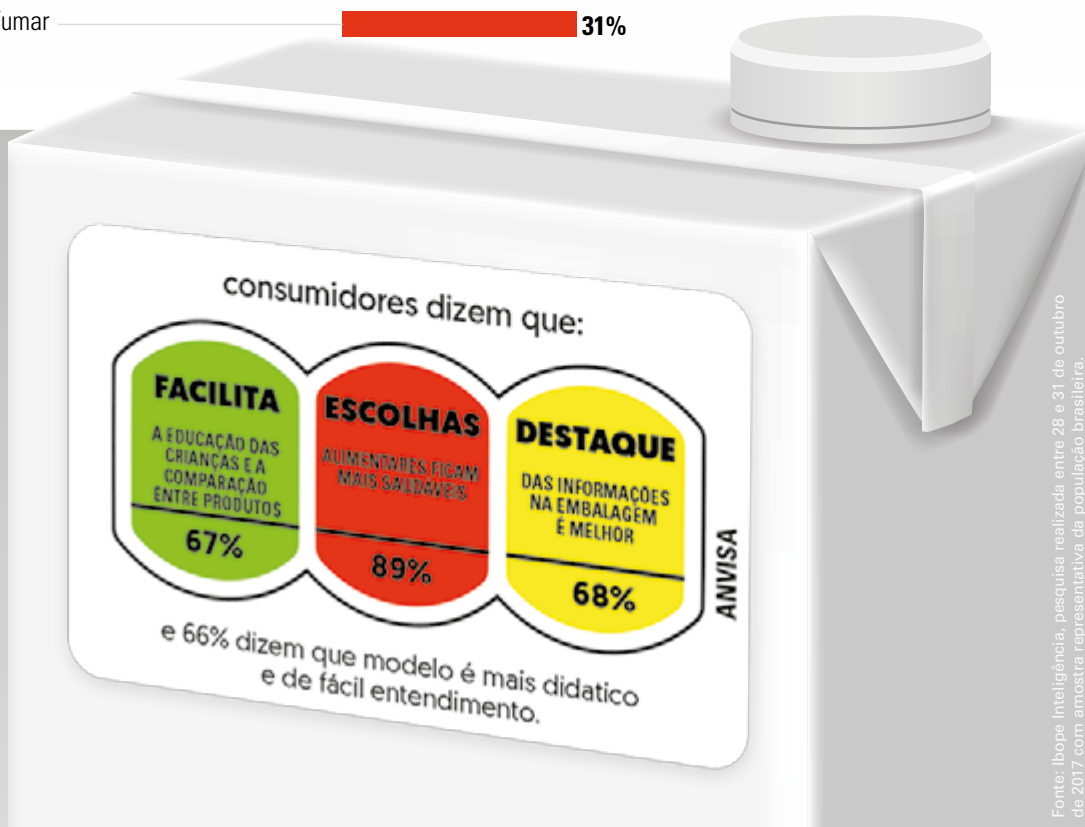


SEDENTARISMO É O MAIS PREJUDICIAL À SAÚDE

(Considerando os hábitos que você tem, quais você acha que mais afetam sua saúde?)



Fonte: Ideafix Pesquisas, novembro de 2018.



Fonte: Ibope Inteligência, pesquisa realizada entre 28 e 31 de outubro de 2017 com amostra representativa da população brasileira.



A indústria emprega mais trabalhadores formais que os demais setores e paga, em média, salários mais altos

INDÚSTRIA É CRUCIAL PARA A ECONOMIA

ESPECIALISTAS DISCUTEM O PAPEL DINAMIZADOR DA INDÚSTRIA PARA OS SETORES AGROPECUÁRIO E DE SERVIÇOS E LEMBRAM SUA IMPORTÂNCIA NA INOVAÇÃO, NO EMPREGO E NA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS

Os três setores da economia brasileira são essenciais para o país. Entretanto, a contribuição de cada um para o sistema econômico é significativamente diferente. A indústria gera resultados que não são produzidos na mesma intensidade pelos demais setores. Podemos afirmar, com base em dados concretos, que ela é o motor do progresso hoje no país. “Fala-se muito que o grande setor do Brasil é a agropecuária. Mas é preciso entender que o agronegócio é mais do que a agropecuária. Toda a evolução tecnológica da agropecuária é baseada em grande parte na indústria. Não tem fundamento a discussão de que o Brasil pode escolher ficar só com a agropecuária, que está cada vez mais mecanizada”, explica Renato da Fonseca, gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A indústria tem um poder de encadeamento significativo, maior do que os outros setores, pois requer e constrói relações de interdependências. “O ponto central dessa discussão é o fato de a sociedade não ver a indústria como ela é, ou seja, um sistema interligado, com muitas ramificações, muito forte para o resto da economia e para os outros setores”, explica o economista Júlio Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Não há indústria sem um arcabouço de treinamento de mão de obra, sem um sistema de financiamento. Além disso, ela estimula um sistema complexo e importante de inovação, de pesquisa e desenvolvimento e está relacionada a várias áreas do ensino técnico e profissional, que permitem formar trabalhadores para o setor.

A *Matriz Insumo-Produto* (MIP), pesquisa de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra o poder da indústria de alavancar os demais setores. Ao aumentar a produção de soja no país, por exemplo, aumenta-se a demanda por máquinas, equipamentos e fertilizantes. Além disso, a indústria gera comércio de venda, de pós-venda, seguros, manutenção e reciclagem, entre outras atividades associadas. “A indústria é um sistema complexo. Eu tenho muito medo de que, desconhecendo isso, surjam decisões para destruir indústrias, sem saber o quão difícil é reconstruí-las, como afirma Dani Rodrik”, alerta Júlio Almeida, citando o renomado economista e professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, famoso por afirmar que, quando ocorre uma desindustrialização em um país, dificilmente ela será revertida.

Nesse cenário, especialistas defendem que não é saudável estabelecer uma competição entre os setores, mas, sim, desenvolvê-los igualmente bem e conjugar o que cada um tem de mais importante. “Todos os setores da economia devem conviver porque eles mantêm importante relação de encadeamento. Na verdade, é preciso encontrar um modelo de expansão da estrutura produtiva que contemple os três setores”, argumenta David Kupfer, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para além dessa discussão, números recentes demonstram a relevância da indústria para a economia do país: a participação do setor no PIB em 2017 foi de 21,5%, contra 5,3% da agropecuária e 12,7% do comércio. No mesmo ano, a indústria foi responsável por mais

da metade das exportações brasileiras (51,3%), gerando uma receita de mais de 100 bilhões de dólares. Tal êxito resulta em benefícios para o país em âmbito global. “A indústria é muito importante para a inserção e projeção internacional do Brasil na economia mundial, à medida que os serviços, por exemplo, ficam mais difíceis de serem exportados”, explica o economista David Kupfer.

Além do peso das exportações, a indústria arrecada mais impostos. Ela foi responsável por 31,8% dos tributos federais em 2017, contra apenas 0,3% da agropecuária e 16% do comércio. “Isso acontece porque os demais setores são menos taxados relativamente e porque

na indústria são gerados 2,32 reais na economia nacional como um todo. Nos demais setores, o valor é menor: 1,67 real na agricultura e 1,51 real em comércio e serviços.

O setor industrial é, também, o maior responsável pelo investimento em inovações tecnológicas, para benefício próprio e também para os outros setores. “Tanto uma agricultura competitiva quanto um setor de comércio e serviços sofisticado, com atividades de alto valor agregado, dependem de uma indústria forte e moderna operando no país”, diz Robson Braga de Andrade, presidente da CNI. Para se ter uma ideia, a indústria no Brasil responde por mais da metade dos gastos (68%) em pesquisa e desenvolvimento do setor privado.

Na área de empregos, o cenário também é animador. A indústria empregou, em 2017, quase 9,4 milhões de trabalhadores, o que corresponde a 20,3% da participação no emprego formal, contra apenas 3,3% da agropecuária e 19,8% do comércio. Além disso, o setor industrial apresenta uma particularidade importante: consegue empregar tanto mão de obra com qualificação média até mão de obra altamente qualificada.

As empresas da indústria tendem a ser maiores, mais bem estruturadas e a investir mais em seus funcionários. Por conta disso, é responsável por pagar os melhores salários do país: uma média de R\$ 7.734 para os trabalhadores com ensino superior completo contra R\$ 5.676, em média, nos demais setores. Por ter uma estrutura diversificada, a indústria possibilita, ainda, uma maior empregabilidade. Um trabalhador nela capacitado consegue se recolocar rapidamente em outro tipo de função ou em uma função análoga em outra empresa.

“O ponto central dessa discussão é o fato de a sociedade não ver a indústria como ela é, ou seja, um sistema interligado, com muitas ramificações, muito forte para o resto da economia e para os outros setores”

Júlio Almeida,

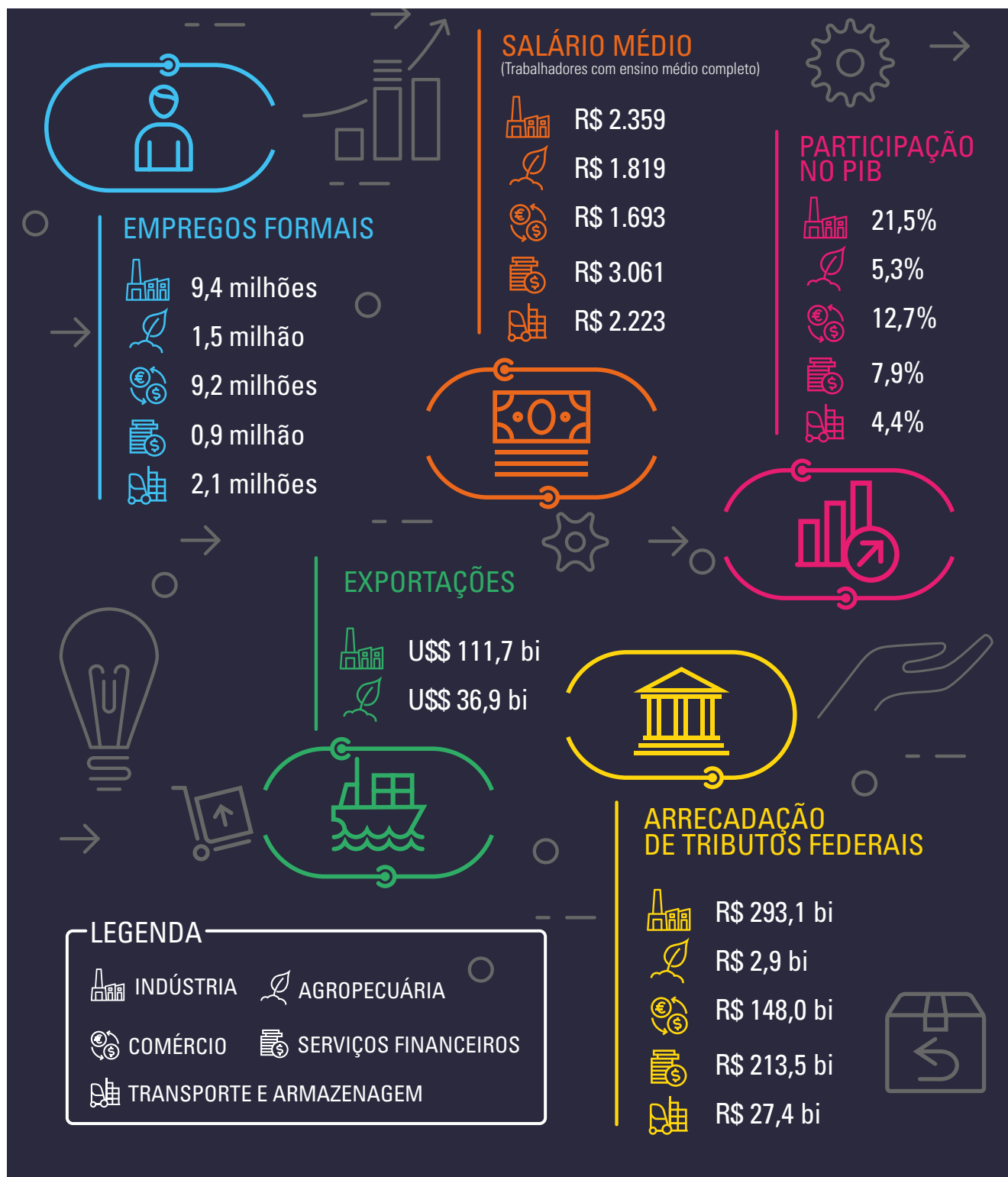
diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

a arrecadação de impostos do produto industrial é bem mais simples”, explica o economista do IEDI Júlio Almeida. A participação da indústria na arrecadação previdenciária também foi consideravelmente maior do que nos demais setores: 25,1%, contra 1,6% da agropecuária e 14,5% do comércio.

Soma-se a isso um setor que cria mais empregos formais, com salários elevados, e que permite gerar resultados e inovação tecnológica para si próprio e também em benefício dos demais setores. A cada real produzido

A INFLUÊNCIA POSITIVA DO SETOR INDUSTRIAL

Comparação de alguns indicadores entre setores da economia



Fonte: Documento Gastos Tributários Previsões PLOA 2019, da Receita Federal do Brasil, com base em informações de 2017

OTIMISMO PARA 2019

APÓS ANO FRUSTRANTE NA ECONOMIA,
CNI PROJETA CRESCIMENTO MAIS INTENSO
TANTO NA INDÚSTRIA COMO NO PIB, MAS
RETOMADA DEPENDE DE REFORMAS

*CNI espera crescimento
de 2,7% do PIB em 2019
e de 3% na indústria*

O ano de 2018 foi marcado por previsões frustradas na economia. O Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer a metade dos 2,6% estimados, com a indústria expandindo 1,3%, frente aos 3% projetados há um ano. No entanto, 2019 chega com renovado otimismo no setor produtivo, como mostra o informe *Economia Brasileira*, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 12 de dezembro. Segundo o documento, com a aprovação de reformas estruturais, o próximo ano deve, enfim, consolidar a retomada do crescimento no país.

As projeções da CNI para a economia brasileira em 2019 são, em geral, positivas. O PIB deve crescer 2,7%, enquanto a indústria deve registrar expansão de 3%. O consumo das famílias deve se elevar em 2,9%, impulsionado pelo aumento já percebido na confiança do

consumidor e pela progressiva redução na taxa de desemprego – para 11,4% – maior formalização do trabalho, sobretudo no segundo semestre.

As expectativas de um crescimento mais intenso e duradouro, aliadas às condições financeiras mais favoráveis das empresas, também devem ter reflexos sobre o investimento. Segundo o informe, a chamada formação bruta de capital fixo deve crescer 6,5%. Embora a recuperação do mercado de trabalho deva seguir morna e em ritmo aquém do esperado, a indústria espera maior expansão da ocupação em 2019, estimulada pelo aquecimento da economia e pela inflação sob controle.

A CNI destaca que há espaço e oportunidades para a economia crescer mais e de forma sustentada. Essa trajetória virtuosa depende de avanços na

agenda de reformas. “Se os avanços forem substantivos, a resposta dos agentes econômicos poderá ser mais rápida e potencializar o crescimento”, avalia o informe. “Os consumidores terão confiança para suas decisões de consumo e os empresários, maior disposição para investir e contratar”, diz o estudo.

Assim, os riscos à retomada advêm, justamente, da frustração dessas expectativas. O não avanço de uma reforma da Previdência Social, que assegure a sustentabilidade do sistema de aposentadorias e reduza a pressão sobre as contas públicas – que deve ser reforçado pelo ajuste fiscal –, pode levar à repetição das frustrações de 2018. “Essa situação poderá ter um impacto devastador na confiança dos agentes, causando rápida deterioração dos indicadores de risco-país”, aponta o documento.

PERSPECTIVAS POSITIVAS

O próximo ano deve consolidar a recuperação econômica, mas retomada depende de reformas

ATIVIDADE ECONÔMICA

PIB	2,6%	1,3%	2,7%
PIB Indústria	3,0%	1,3%	3,0%
Consumo das famílias	2,8%	2,1%	2,9%
Formação bruta de capital fixo	4,0%	5,1%	6,5%
Taxa de desemprego	11,8%	12,2%	11,4%

INFLAÇÃO

IPCA	4,4%	3,8%	4,1%
------	------	------	------

TAXA DE JUROS

Taxa nominal de juros			
Média do ano	6,75%	6,54%	6,83%
Fim do ano	6,75%	6,50%	7,50%
Taxa real de juros	2,9%	2,7%	3,0%

CONTAS PÚBLICAS

Resultado primário (% PIB)	-2,1%	-1,76%	-1,57%
Resultado nominal (% PIB)	-7,6%	-7,69%	-7,82%
Dívida pública bruta (% PIB)	76,2%	77,1%	79,5%

TAXA DE CÂMBIO

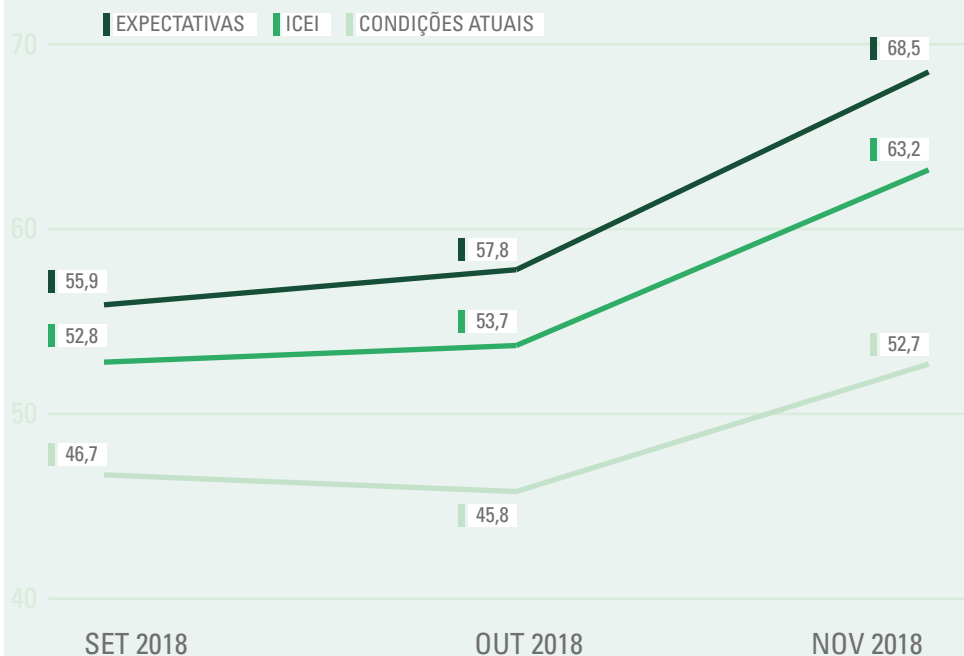
Taxa nominal (R\$/US\$)			
Média de dezembro	3,30	3,80	3,80
Média do ano	3,27	3,64	3,73

ATIVIDADE ECONÔMICA

Exportações (US\$ bi)	228,0	228,0	235,0
Importações (US\$ bi)	174,0	175,0	190,0
Saldo comercial (US\$ bi)	54,0	53,0	45,0
Saldo em conta corrente (US\$ bi)	-27,0	-15,0	-22,0

■ Previsão 2018 (Dez/17) ■ Revisão 2018 (Dez/18) ■ Previsão 2019

Melhora generalizada



Fonte: ICEI – Ano 20 – Número 11 – Novembro 2018

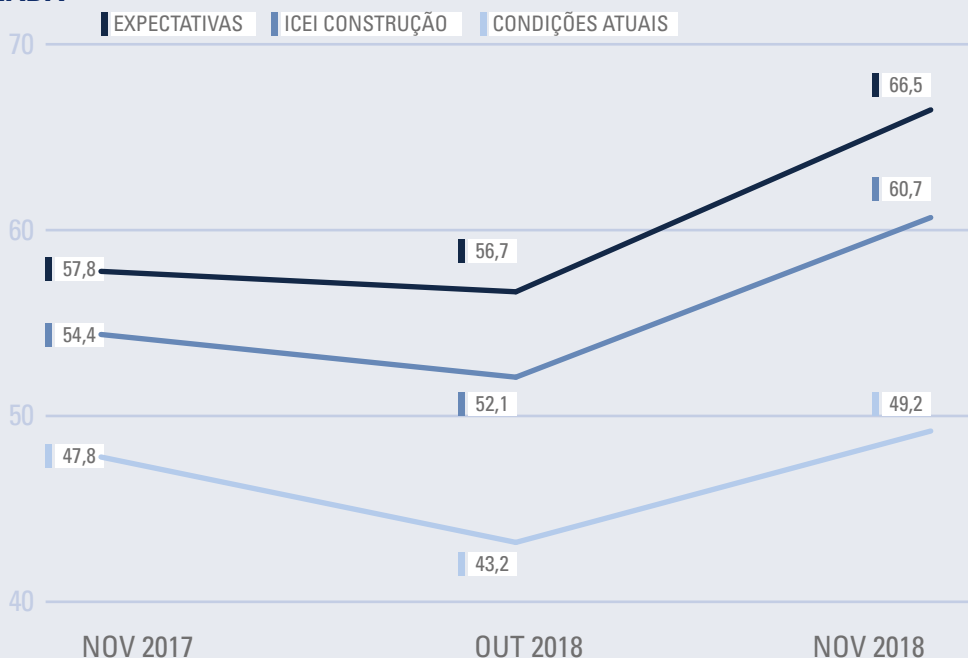
CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO É A MAIOR DESDE 2010

A expectativa de realização de reformas estruturais e de adoção de medidas que melhorem o ambiente de negócios levou o *Índice de Confiança do Empresário Industrial* (ICEI) ao maior nível desde 2010. Em novembro, o indicador chegou a 63,2 pontos, primeira vez que supera a marca de 60 pontos desde março de 2011, 9 pontos acima da média histórica. Quanto mais acima de 50 pontos, mais disseminada é a confiança do empresariado. O resultado decorre da percepção positiva tanto em relação às condições atuais da economia (52,7 pontos) quanto às expectativas para os próximos seis meses (68,5 pontos).

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO TAMBÉM ESTÁ MAIS ANIMADA

Otimismo na construção dispara em novembro

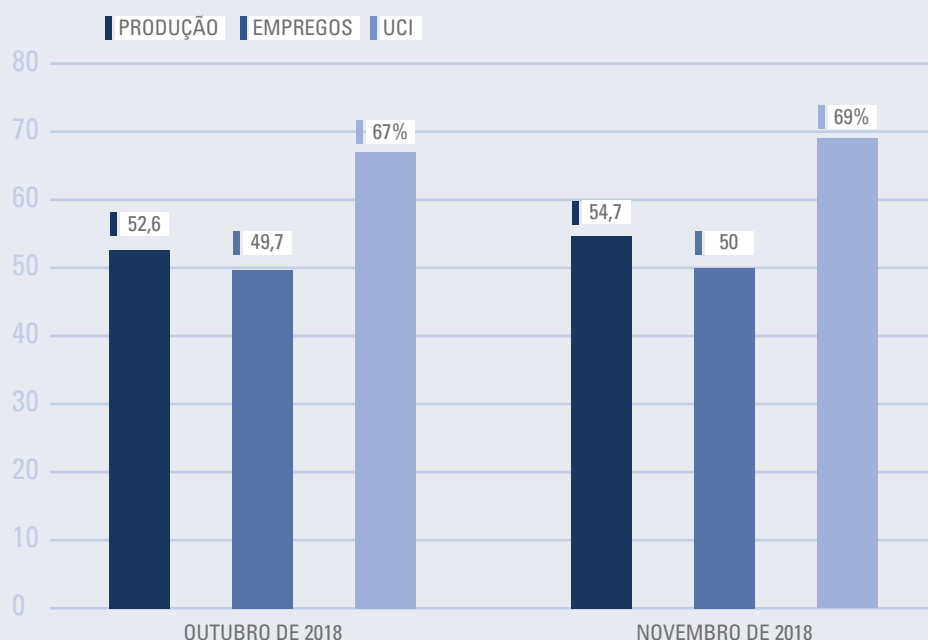
Perspectivas mais positivas sobre o momento atual e o futuro do setor da construção levaram o otimismo dos empresários da construção civil ao mais alto patamar dos últimos seis anos. Segundo a *Sondagem Indústria da Construção*, o *Índice de Confiança do Empresário da Construção* (ICEI-Construção) foi a 60,7 pontos, em novembro, alta de 8,6 pontos frente a outubro. Índices acima de 50 pontos denotam otimismo. Esse é o maior valor desde maio de 2012 e mostra que os empresários enxergam, principalmente, melhorias nos negócios e na economia para os próximos seis meses.



Sondagem Indústria da Construção – Ano 9 – Número 10 – Outubro 2018

SINAIS CONSISTENTES DE RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE

Indicadores industriais mostram força



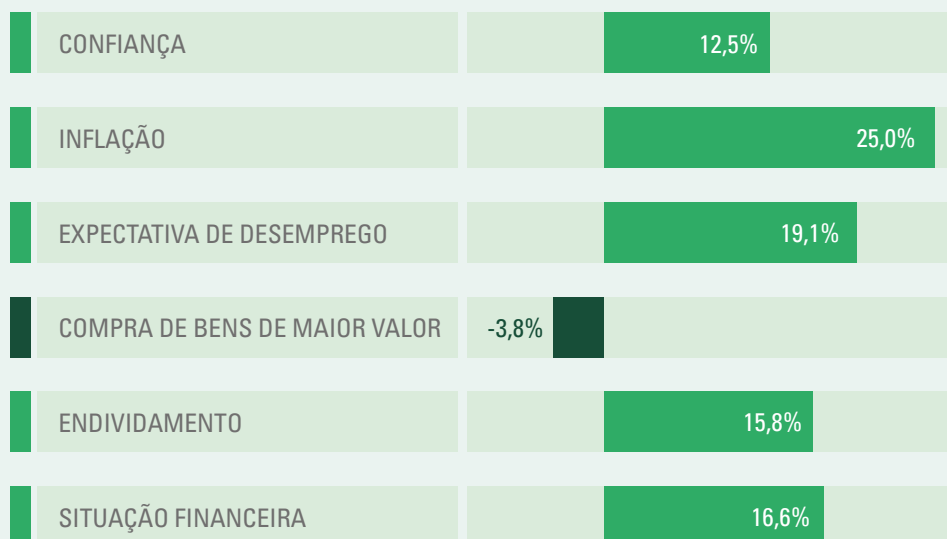
Fonte: Sondagem Industrial – Ano 21 – Número 10 – Outubro 2018

A indústria apresentou sinais mais consistentes de recuperação em outubro. De acordo com a *Sondagem Industrial*, a produção voltou a crescer e alcançou 54,7 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam melhora no indicador. O nível de utilização da capacidade instalada (UCI) alcançou 69% e ficou, pelo terceiro mês consecutivo, 2 pontos percentuais acima de patamares dos mesmos meses de 2017. O emprego, que vinha apresentando redução em análises anteriores, manteve-se estável. Com isso, as perspectivas dos empresários reagiram, que se mostram otimistas em relação à maioria dos indicadores.

CONSUMIDOR RECUPERA OTIMISMO COM ECONOMIA

Em alta pelo quinto mês consecutivo, o *Índice Nacional de Expectativa do Consumidor* (INEC) alcançou 113,6 pontos, maior patamar desde 2014. O indicador apresentou elevação de 2,7% em relação a outubro e encontra-se 5,8 pontos acima da média histórica, de 107,8 pontos. À exceção do recuo na expectativa de compras de maior valor, todos os componentes do INEC apresentaram melhora frente ao mês anterior. As perspectivas mais positivas do brasileiro em relação ao emprego e à inflação foram os principais responsáveis pela melhora no INEC.

Expectativas quase todas positivas



*Quanto maior o índice, maior o número de pessoas que esperam a queda do emprego e a melhora dos indicadores de finanças pessoais.

INEC – Ano 20 – Número 11 – Novembro 2018



Foto: José Paulo Lacerda

GOIÁS EXPANDE NOVO ENSINO MÉDIO

A partir próximo ano, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em Goiás vão estender a quantidade de turmas do novo ensino médio para mais quatro unidades escolares. O estado é um dos pioneiros na experiência pedagógica, transformada em lei em 2017. Além de Goiás, Alagoas, Espírito Santo, Bahia e Ceará participaram de projetos-piloto. Na avaliação da instituição, a iniciativa foi bem-sucedida com todos os 38 estudantes da primeira turma, o que justifica a expansão. A experiência chamou a atenção até do Conselho Estadual de Educação, que visitou a escola no último mês para conhecer de perto o funcionamento da unidade.

LIVRO DISCUTE FUTURO DA AMAZÔNIA APÓS FIM DA ZONA FRANCA

Foi lançado, no último dia 21 de novembro, o livro *Amazonas 2073+: o futuro, presente*. A publicação é uma realização do Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia (Piatam) com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM). A obra reúne análises de empresários, cientistas e especialistas para a construção de um futuro caminho para o Amazonas quando terminarem os incentivos econômicos provenientes da Zona Franca de Manaus. A prorrogação dos benefícios foi feita pela Emenda Constitucional nº 83/2014 e estende o prazo de vigência das regras atuais até 2073.



Foto: José Paulo Lacerda

INDÚSTRIA PARTICIPA DE CONCILIAÇÕES NO JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) e o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) promoveram, entre os dias 27 e 29 de novembro, a primeira edição do *Movimento Conciliatório da Indústria*. Nesse primeiro encontro, quatro indústrias participaram para tentar acordo em 51 processos trabalhistas. A ideia foi reduzir os conflitos no setor. Graças ao bom desempenho do movimento, a federação e o tribunal devem realizar mais edições em 2019, abrindo espaço para a participação de mais empresas e para a solução de um volume maior de casos.



Foto: shutterstock.com



ONU FALA SOBRE EMPODERAMENTO FEMININO A EMPRESAS DA PARAÍBA

No último dia 22 de novembro, a gerente da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, Adriana Carvalho, apresentou a plataforma sobre *Princípios do Empoderamento das Mulheres* a um grupo de empresários e de representantes da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), da Universidade Federal da Paraíba e do Sebrae. A ONU pretende orientar os empregadores sobre a importância de empoderar as mulheres para a melhoria dos negócios. Qualquer empresa pode usar a metodologia, com 18 perguntas e um conjunto de 17 indicadores opcionais, e fazer um autodiagnóstico sobre as questões de gênero. Outros seis estados já receberam a palestra do organismo internacional.

Foto: shutterstock.com

CENÁRIO POLÍTICO ELEV A CONFIANÇA DO INDUSTRIAL CATARINENSE

O Índice de Confiança do Empresário Industrial de Santa Catarina (ICEI-SC) registrou 66,6 pontos em novembro, alta de 12,1 pontos em relação a outubro. O resultado é o maior da série histórica mensal, iniciada em 2010. Os dados são da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), divulgados no último dia 22 de novembro. Segundo a federação, o crescimento expressivo foi puxado pela melhoria dos índices econômicos e a aprovação dos nomes para os ministérios do próximo governo federal.





Foto: shutterstock

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA JAPONESA TESTARÁ VEÍCULO NOS JOGOS DE 2020

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio 2020 devem ser marcados pela tecnologia. Uma das novidades serão os testes públicos do veículo autônomo, a serem apresentados pela Associação dos Fabricantes de Automóveis do Japão (JAMA). As fabricantes querem mostrar ao público a operação automatizada do veículo, sua segurança e sua eficiência. Para o presidente da JAMA, Akio Toyoda, o Japão quer familiarizar os consumidores com o futuro da mobilidade, que será de condução autônoma (sem motorista), sem acidentes rodoviários, eficiente, agradável e disponível a todos.

ÍNDIA ANUNCIA MAIS INVESTIMENTOS EM ENERGIA HIDRELÉTRICA NO SUL DA ÁSIA

O governo e o setor produtivo indiano vão aumentar os investimentos em energia hidrelétrica no sul da Ásia, em especial no Nepal e no Butão. O anúncio foi feito pelo secretário do Ministério do Poder da Índia, Ajay Kumar Bhalla, durante a Cúpula do Poder da Ásia do Sul, no último dia 16 de novembro. Com isso, a Índia busca aumentar o comércio transfronteiriço de eletricidade com os países vizinhos e fornecer a eles segurança energética. Estima-se que a Ásia, em especial as populações de Bangladesh, Índia e Nepal, devam triplicar o consumo de energia nas próximas duas décadas.



Foto: shutterstock



Foto: shutterstock

INDÚSTRIA ARGENTINA AINDA OPERA EM MARCHA À RÉ

A atividade industrial Argentina continua em queda. Segundo dados da União Industrial Argentina (UIA), a contração em setembro foi de 7,7% em relação a setembro de 2017 e de 3,8% na comparação com o mês de agosto de 2018. A queda acumulada anual neste ano já está em 1,6%. Na análise do diretor do Centro de Estudos da UIA, Pablo Dragún, não há perspectiva de melhora até a próxima eleição, que ocorrerá em 2019. Para ele, o desaquecimento está relacionado, principalmente, à queda das importações e do consumo no mercado interno por conta das mudanças cambiais argentinas.



Foto: shutterstock

EUROPA PEDE À COREIA DO SUL FREIO EM MUDANÇAS REGULATÓRIAS

Representantes da Câmara Europeia de Comércio na Coreia (ECCK) criticaram, no último dia 27 de novembro, as constantes mudanças nas regulamentações da Coreia do Sul no governo do presidente Moon Jae-in. Porta-vozes da entidade ressaltaram à imprensa que a postura atrapalha o ambiente de negócios do continente europeu com o país asiático. Segundo a entidade, as multinacionais europeias reclamam que as alterações frequentes na legislação coreana são feitas sem diálogo com o setor privado, o que leva à criação de “regulamentos de Galápagos”, ou seja, leis sem conexão com o restante do mundo.

INDÚSTRIA ALEMÃ DEFENDE ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO COM O REINO UNIDO ATÉ 2020

O diretor-executivo da Confederação da Indústria Alemã (BDI), Joachim Lang, defendeu o acordo de livre comércio de bens e serviços entre a União Europeia e o Reino Unido até o verão de 2020. O pronunciamento foi feito na última semana de novembro durante negociações sobre o Brexit, saída do Reino Unido do bloco europeu. “Embora essa situação fique aquém dos benefícios da adesão ao mercado interno e à união aduaneira, oferece oportunidades de atenuação”, ressaltou. Para Lang, um Brexit duro seria “desastroso” para empresas e trabalhadores.



Foto: shutterstock

A PORTA DE ENTRADA PARA A COMPETÊNCIA

PROGRAMA INOVA TALENTOS, DO IEL, ACUMULA BONS RESULTADOS EM CINCO ANOS DE ATUAÇÃO, APROXIMANDO JOVENS MUITO CAPAZES DE EMPRESAS COM GRANDE INTERESSE EM INOVAÇÃO

Conectar a mão de obra recém-graduada e de excelente qualidade das universidades à indústria brasileira de ponta é um passo crucial para aumentar nossa eficiência produtiva e aproximar o país do modelo 4.0. Esse tem sido o eixo de ação do programa *Inova Talentos*, que entra no quinto ano de existência colecionando mais de 600 casos de sucesso e tornando-se um dos processos seletivos de bolsistas de pesquisa e desenvolvimento mais concorridos no Brasil. Em média, são 75 candidatos por vaga, segundo dados do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), realizador do projeto.

O propósito de integrar profissionais recém-formados a projetos de pesquisa das companhias em todo o país posiciona a indústria nacional num grupo de economias com experiências internacionais exitosas, como Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos e União Europeia, referências em inovação mundial.

“O objetivo é fazer com que, cada vez mais, as empresas se tornem inovadoras. O bolsista do *Inova Talentos* sai, no mínimo, treinado em competências e habilidades requeridas no mercado. Além disso, a relação custo-benefício para as empresas é muito positiva”, analisa Gianna Sagazio, diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e superintendente Nacional do IEL.

O *Inova Talentos* gera, desde a sua criação, em 2013, uma cadeia positiva não só para o bolsista como também para a empresa. Para o recém-formado, além de integrar um grupo de pesquisa em uma grande empresa logo ao ingressar no mercado de trabalho, ele ainda tem chances reais de contratação. Dados do programa mostram que, a cada dez bolsistas, seis são promovidos ao quadro de funcionários.

Para a empresa, os benefícios vão desde abrir as portas aos

recém-graduados nas universidades e oxigenar processos e ações com visões diferentes até o desconto no imposto de renda pelo pagamento da bolsa. Dessa forma, a adesão das empresas ao programa vem crescendo a cada ano. Em toda a sua existência, o programa já registrou 1.089 projetos executados e 1.601 bolsas concedidas.

Desde 2015, a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) é uma das parceiras do *Inova Talentos*, tendo aberto suas portas para quatro bolsistas. Segundo Paulo Sérgio Martins, coordenador da equipe do programa na Fiat, a iniciativa tem colaborado para o êxito de projetos na área de inovação da multinacional. “É um programa muito vantajoso para a empresa em diversos aspectos. Além de recebermos um bolsista capacitado e com cabeça fresca, pois saiu há pouco tempo da universidade, conseguimos deduzir o valor da bolsa nos impostos em até 50%”, comenta.



O programa tem registrado índice de contratação de 60% entre os jovens participantes

Martins enfatiza, ainda, que os bolsistas já entram na empresa pela porta da frente: em contato com as principais áreas de tecnologias da empresa e trabalhando com profissionais altamente qualificados. “Os bolsistas têm um ganho imenso para a carreira. A começar porque recebem o acompanhamento de um gestor e têm o feedback do trabalho que desenvolvem. Não são simplesmente bolsistas, eles fazem parte do time da própria empresa”, diz o representante da Fiat. O gestor ainda ressalta que, mesmo nos casos em que não há contratação, o bolsista tem a vantagem de incluir no currículo a experiência de inovação e resolução de problemas vividos durante o período pelo qual ficou na empresa, que é uma das referências no mercado automobilístico em todo o mundo.

Entre os participantes, os elogios ao programa são constantes. A química Mariana Gomes, de 29 anos, está na lista dos contratados pela multinacional italiana. Ela foi bolsista por quase dois anos e, há cinco meses, faz parte da equipe da FCA. “Como bolsistas, conhecemos as áreas, integramos nossas atividades a vários setores e trabalhamos com excelentes profissionais. Isso contribui muito com o crescimento profissional”, diz ela.

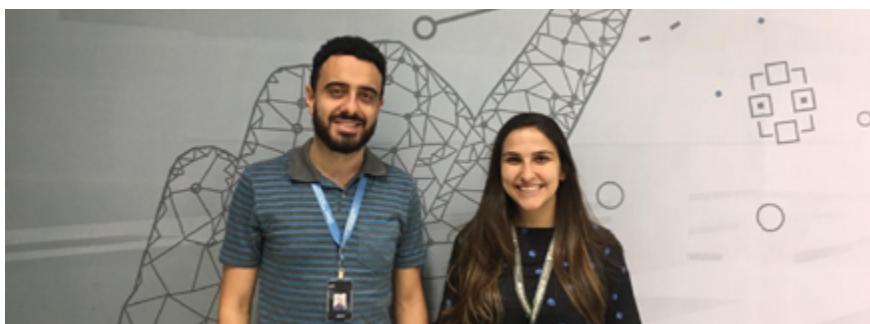
A engenheira química Izabella Meijón, de 26 anos, é bolsista há quatro meses na multinacional e vê o *Inova* como uma importante ferramenta de aprendizado e de aporte na carreira, principalmente para profissionais recém-formados. “Estar dentro da engenharia de manufatura da Fiat é uma enorme oportunidade. A empresa trabalha muito com inovação e nós fazemos parte dessa

equipe”, comemora Izabella.

Para o engenheiro mecânico Adelti Assis Silva, de 24 anos, as oportunidades oferecidas pelo projeto vão além. Bolsista na FCA, na área de desenvolvimento de um fluido feito da glicerina proveniente da reação do biodiesel, Adelti conta que entrou no programa em março de 2017 e ficará nele até o início do próximo ano. Para ele, o projeto é especialmente importante num cenário econômico adverso. “O *Inova Talentos* exerce o importante papel de incentivar a inovação no Brasil mesmo com o momento econômico atual. Além do desenvolvimento técnico, o programa auxilia o bolsista a desenvolver as habilidades interpessoais e de gestão”, conta.

Criado em 2013 para estimular a inovação nas empresas, o *Inova Talentos* incentiva a aproximação entre a indústria e os centros de pesquisa das universidades para a transformação das pesquisas em negócios, produtos e serviços. Numa primeira etapa, o programa seleciona projetos de inovação de empresas e institutos interessados em receber profissionais. Em seguida, jovens com até três anos de formação universitária se candidatam a receber bolsas para acompanhar e desenvolver o projeto de inovação aprovado pelo programa, cujos prazos variam de 12 a 24 meses.

O *Inova Talentos* é uma iniciativa da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), realizada pelo IEL com o apoio da CNI. O projeto conta, ainda, com a parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.



Adelti e Izabella trabalham na Fiat e são destaques no programa

CONHEÇA OS NÚMEROS DO PROGRAMA



Fonte: CNI

**No Brasil ou no exterior,
só tem um mundo que
o seu produto precisa ganhar:
o do seu cliente.**

Há 20 anos, a Rede CIN apoia empresas a irem mais longe. Prova disso são os mais de 680 mil atendimentos para 113.095 indústrias durante esse período. São empresas que, por meio de capacitações, inteligência de mercado e reuniões de negócios, entre outros serviços, conseguiram realizar a internacionalização dos seus negócios.

Quer conquistar mais clientes no mercado internacional?
Acesse cni.com.br/assuntosinternacionais,
veja os serviços disponíveis e muito mais.



/cnibrasil



/cni_br



/cnibr



/cniweb



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA